



GUINÉ-BISSAU

Novembro de 2014

PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO — RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO, COMUNICADO DE IMPRENSA E PRONUNCIAMENTO DO ADMINISTRADOR PARA A GUINÉ-BISSAU

No contexto do PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 3 de novembro de 2014, após as discussões encerradas em 25 de setembro de 2014 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Linha de Crédito Rápido. O relatório do corpo técnico foi concluído em 20 de outubro de 2014, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI.
- Uma atualização da **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelo corpo técnico do FMI.
- **Comunicado de Imprensa**, que inclui um pronunciamento do Presidente do Conselho
- **Pronunciamento do Administrador** do FMI para a Guiné-Bissau.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da Guiné-Bissau*
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da Guiné-Bissau*
Memorando Técnico de Entendimento*

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



GUINÉ-BISSAU

20 de outubro de 2014

PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE CRÉDITO RÁPIDO

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto: Em 2012 e 2013, a Guiné-Bissau sofreu um grave choque no balanço de pagamentos quando o preço internacional da castanha de caju – o principal produto de exportação – caiu cerca de 20% ao ano. As dificuldades económicas foram agravadas pela suspensão da maioria do apoio de doadores e pelo aumento das fragilidades institucionais na sequência de um golpe militar em 2012. Durante esse período, o PIB caiu 2%, os rácios de receitas diminuíram, o controlo da despesa enfraqueceu e a pobreza aumentou (a proporção da população rural a enfrentar uma grave insegurança alimentar aumentou de 20 para 40%). Após as eleições realizadas em abril-maio de 2014, um governo democraticamente eleito – plenamente reconhecido pela comunidade internacional – tomou posse no início de julho. A capacidade institucional enfraqueceu gravemente ao longo dos últimos anos. O restabelecimento desta capacidade terá de ser cuidadosamente definido como uma prioridade e demorará tempo.

Pedido de desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF): As autoridades solicitaram assistência ao abrigo da RCF (em montante equivalente a DES 3,55 milhões ou 25% da cota) para ajudar a enfrentar as necessidades urgentes de balanço de pagamentos e financiamento do orçamento para 2014. O RCF servirá como catalisador para a retoma do apoio de doadores e para o início das reformas de médio prazo necessárias para o fortalecimento da gestão das finanças públicas e formulação de uma estratégia de reforma de médio prazo, e criar as condições necessárias para um possível acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) em 2015.

Principais compromissos em termos de políticas:

- Restaurar a disciplina fiscal e normalizar as operações do governo: Adotar e publicar um orçamento prudente para 2014 e preparar o orçamento para 2015. Introduzir um comité de tesouraria de alto nível para aumentar os controlos fiscais e preparar um plano de fluxo de caixa mensal.
- Retomar a implementação de reformas estruturais e fiscais: Reforçar os procedimentos das administrações fiscais e aduaneiras para melhorar as receitas fiscais e dinamizar as isenções fiscais.
- Restaurar as condições para um crescimento económico sustentável: Preparar uma estratégia nacional de médio prazo, incluindo medidas direcionadas para uma melhoria no ambiente de negócios, bancarização da economia e promoção do desenvolvimento do setor do caju.

Aprovado por
**Roger Nord e Peter
Allum**

As discussões tiveram lugar em Bissau entre os dias 15 e 26 de setembro de 2014. A missão foi formada pelos Srs. Felix Fischer (chefe), Tito da Silva Filho e Gonzalo Salinas (todos do AFR) e Sr. Torrez (representante residente). O Sr. Justin Matz (AFR) também prestou assistência a partir da sede. O Sr. Roger Nord, Subdiretor do Departamento de África e Sr. Woury Mamadou Diallo (Diretor Executivo Suplente) participaram em algumas das discussões. O Sr. Fonseca (economista local do escritório do FMI em Bissau) prestou assistência à missão. A equipa reuniu-se com Sua Excelência o Presidente da Guiné-Bissau José Mário Vaz; com o Primeiro-Ministro Sr. Domingos Simões Pereira; com o Ministro da Economia e Finanças Sr. Geraldo Martins; com o Diretor Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) Sr. João Fadia; com outros funcionários graduados, membros do Parlamento e representantes do setor privado e parceiros de desenvolvimento.

SUMÁRIO

Siglas e Acrónimos	4
ANTECEDENTES, DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPECTIVAS E RISCOS	5
A. Contexto	5
B. Desenvolvimentos económicos recentes	6
C. PERSPECTIVAS	7
RESTAURAR A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA	8
A. Restabelecimento da disciplina fiscal e normalização das operações governamentais	8
B. Retoma de reformas estruturais fiscais	9
C. Reformas estruturais para criar condições para um crescimento económico sustentável	12
PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO	15
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	16
CAIXAS	
1. Reforma da Administração Fiscal na Guiné-Bissau	10
2. Fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas (GFP) na Guiné-Bissau	11
3. O FUNPI: Conceção, Implementação e Impacto	14

FIGURAS

1. Desenvolvimentos Económicos, 2009–14	18
2. Outros Desenvolvimentos Económicos, 2009–14	19
3. PERSPECTIVAS a Médio Prazo, 2012–17	20

QUADROS

1. Principais Indicadores Económicos, 2011–16	21
2a. Operações do Governo Central, 2011–16 (mil milhões de FCFA)	22
2b. Operações do Governo Central, 2011–16 (percentagem do PIB)	23
3. Síntese Monetária, 2011–16	24
4. Balanço de Pagamentos, 2011–16	25
5. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2014–24	26

APÊNDICES

I. Estabilidade Financeira e Desenvolvimento na Guiné-Bissau	27
II. Carta de Intenções	29
Anexo I — Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	31
Anexo II — Memorando Técnico de Entendimento	43

Siglas e Acrónimos

ASD	Análise de Sustentabilidade da Dívida
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BOAD	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CMP	Crédito mal parado
ECF	Facilidade de Crédito Alargado
FAD	Departamento de Finanças Públicas, FMI
FUNPI	Fundo para promoção da industrialização de produtos agrícolas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
HIPC	Iniciativa de Alívio da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados
IDE	Investimento direto estrangeiro
IGV	Imposto geral sobre as vendas
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PRSDS	Programa de Reforma do Setor de Defesa e Segurança
PSC	Parcela Superior de Crédito
RCF	Linha de Crédito Rápido
RSS	Reforma do Setor da Segurança
SIGFIP	Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas
SIGRHAP	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública
SYDONIA	Sistema Aduaneiro Automatizado
SYGADE	Sistema de Gestão da Dívida
UE	União Europeia
UEMOA	União Monetária e Económica da África Ocidental
UNCTAD	Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas

CONTEXTO, DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPECTIVAS E RISCOS

A. Contexto

1. Após dois anos de transição política e incerteza, um governo democraticamente eleito – plenamente reconhecido pela comunidade internacional – tomou posse no início de Julho.

O golpe de estado de abril de 2012 interrompeu o momentum relativamente bem-sucedido das reformas económicas pós-HIPC ao abrigo de um programa ECF. No final de abril de 2013, no seguimento de pressões por parte da comunidade internacional, o governo provisório celebrou um acordo abrangente para formar um governo inclusivo de transição e para realizar eleições em novembro de 2013. O governo de transição designado na sequência do golpe de estado de abril de 2012 conseguiu organizar eleições presidenciais e parlamentares graças ao apoio financeiro e operacional decisivo da comunidade internacional. A Nigéria, Timor-Leste, a União Europeia (UE), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), entre outros, disponibilizaram aproximadamente USD 20 milhões (1,9% do PIB) em apoio financeiro, enquanto a força de manutenção da paz da CEDEAO, presente na Guiné-Bissau desde o golpe, ajudou a garantir a realização de eleições seguras.

2. A queda dos preços do caju e o golpe de 2012 resultaram em pressões externas e em custos económicos e sociais significativos para a Guiné-Bissau.

Os preços de exportação do caju caíram cerca de 20% ao ano entre 2011 e 2013, contribuindo para défices comerciais elevados, apesar da diminuição das importações. O défice em conta corrente (excluindo as transferências oficiais) em percentagem do PIB duplicou-se, passando de -3,3% em 2011 para -6,6% em 2012, e permaneceu elevado em -4,9% em 2013. Juntamente com a suspensão do apoio financeiro dos parceiros estrangeiros tradicionais após o golpe de estado, tal resultou em grande défice do balanço de pagamentos em 2012 financiado pelo saque dos depósitos do governo junto ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). O impacto interno da crise do caju foi exacerbado pela queda ainda mais acentuada nos preços ao produtor (60% entre 2011 e 2013) em parte devido à incidência regressiva das contribuições para um fundo de desenvolvimento da agro-indústria (mais especificamente, o caju), o FUNPI, na forma de um imposto adicional específico sobre as exportações. Esse último contribuiu para o aumento da pobreza (estima-se que mais de 70% da população viva com menos de 2 dólares por dia) e para um colapso nos preços de troca entre o arroz e o caju (de 1:1 em 2011 para 1:3 em 2013). Por conseguinte, um inquérito realizado em 2013 pelo Programa Alimentar Mundial sobre a segurança alimentar revelou que a percentagem de população rural que enfrenta uma grave insegurança alimentar aumentou de 20% em 2011 para 40% em 2013. A administração fiscal também se deteriorou, conforme refletido na queda das receitas, em maior dependência das despesas não tituladas e na acumulação de atrasados de salários e dívidas externas. O apoio dos parceiros regionais (ou seja, Nigéria e CEDEAO), que ajudaram a compensar parcialmente a ausência de doadores tradicionais em 2012, foi descontinuado em 2013, conduzindo igualmente a uma acumulação de atrasados externos.

3. As dificuldades nas campanhas de caju realizadas no passado conduziram a um aumento significativo na proporção de créditos mal parados (CMP) no sistema bancário.

O declínio acentuado das exportações de caju – o setor do caju representa aproximadamente um quarto da totalidade dos créditos – conduziu a um aumento dos CMP de 11,6% no final de 2013 para 26% em junho de 2014. Os bancos têm, alegadamente, registado provisões contra os CMP e o governo está a analisar opções, com a ajuda da assistência técnica do FMI, para recapitalizar os bancos.

4. No geral, o PIB real caiu 2% entre 2012-2013 e a inflação manteve-se baixa devido à contração da demanda interna, incluindo o colapso do investimento público. Durante este período, a estabilidade macroeconómica foi amplamente preservada em resultado de uma redução forçada nos compromissos de despesa autorizada do governo e do aumento do número de fornecedores e prestadores de serviços que fornecem bens e serviços ao governo sem exigir pagamentos adiantados. Estima-se que o governo tenha acumulado atrasados de pagamentos internos (principalmente salários) equivalentes a cerca de 1,9% do PIB apenas no ano de 2013. A capacidade institucional enfraqueceu gravemente ao longo dos últimos anos. O restabelecimento desta capacidade tem de ser cuidadosamente definido como uma prioridade e demorará tempo.

5. A implementação de uma reforma abrangente do setor da segurança, juntamente com uma estratégia de crescimento inclusivo suportada pela retoma das principais funções do governo, continuam a ser os principais requisitos para uma estabilidade interna duradoura. O novo governo está empenhado em retomar as reformas económicas. Os doadores tradicionais estão a retomar as suas atividades e prevê-se a realização de uma mesa-redonda de doadores no primeiro semestre de 2015. Entretanto, a União Europeia comprometeu-se a retomar o seu apoio condicionado à adoção de políticas económicas sólidas e à aprovação do orçamento para 2014. Os compromissos do Banco Mundial representam USD 81,3 milhões, dos quais USD 46,5 milhões serão ainda desembolsados; os projetos centram-se na proteção social, energia, indústrias extrativas, água, ambiente, pescas e área agroindustrial. O Banco Mundial pagou os salários de professores e profissionais de saúde referentes aos primeiros seis meses de 2014 e pode continuar a dar este apoio em 2015. O Banco Africano de Desenvolvimento está ainda a ponderar ativamente retomar o apoio orçamental em 2015. A CEDEAO comprometeu-se a contribuir com USD 64 milhões (6,1% do PIB) para a reforma do setor da segurança.

B. Desenvolvimentos económicos recentes

6. Uma recuperação sazonal na receita interna e a emissão de títulos do Tesouro no mercado de capitais regional permitiram ao novo governo eliminar todos os atrasados referentes a salários acumulados ao longo do último ano. Embora o Governo provisório tenha adotado uma política fiscal bastante prudente, reduzindo os gastos em face dos recursos limitados, até ao final do governo de transição, em junho deste ano, verificou-se uma acumulação de salários em atraso entre 2013 e 2014 equivalente a cerca de quatro meses. Desde à posse, os recursos financeiros do governo têm sido impulsionados pelas receitas fiscais sazonalmente elevadas provenientes das exportações da castanha de caju e pela emissão bem-sucedida de FCFA 15 milhões em títulos do Tesouro a um ano (3% do PIB), o que, juntamente com os pagamentos de salários recorrendo à ajuda financeira do Banco Mundial, permitiu ao governo

eliminar a maior parte dos salários em atraso. Continuam a existir alguns atrasados não relacionados com salários de 2013, representando um total de FCFA 3 mil milhões (0,6% do PIB).¹ Os atrasados externos (incluindo o serviço da dívida externa de 2014) representam cerca de 0,6% do PIB. O governo pretende eliminar todos os atrasados restantes acumulados em 2013 e 2014 até ao final do ano de 2014.

C. Perspectivas

7. A retoma prevista do apoio financeiro de parceiros de desenvolvimento tradicionais é essencial para a redução da pobreza e para as perspectivas económicas a curto e a médio prazo. A retoma do apoio orçamental e das compensações financeiras relativas às pescas mais à frente neste ano por parte da UE permitia pagar salários e restaurar as despesas operacionais do Estado, normalizando assim a situação fiscal em 2014. Esta medida, juntamente com preços mais elevados de exportação da castanha de caju e para o produtor, conduziria a um aumento no PIB real de cerca de 2,5% em 2014, enquanto a inflação atingiria 2,1% no final de 2014, em consequência da demanda interna mais sólida. A médio prazo, estima-se que o crescimento real do PIB estabilize perto dos 4% por ano, partindo do pressuposto de que o governo continuará a ter apoio financeiro externo, estabilidade política e uma recuperação sustentável na produção agrícola, mineira e atividades pesqueiras. A inflação deverá convergir para 2,5% ao ano. O balanço de pagamentos global deve melhorar gradualmente, suportada por um ligeiro aumento no IDE e nos apoios de doadores, embora se preveja que a conta corrente se deteriore inicialmente, uma vez que as importações relacionadas com investimentos estrangeiros aumentam de forma mais sólida durante a fase de investimento do que as exportações (Quadro 1 do Texto).

Quadro de Texto 1. Guiné-Bissau: Projeções a médio prazo

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Crescimento do PIB real (%)	0,3	2,5	4,0	3,7	3,7	3,7	3,7
Crescimento do rendimento real per capita (%)	-1,9	0,3	1,7	1,4	1,4	1,4	1,4
Inflação dos preços no consumidor (% da média anual)	0,8	-0,8	3,3	2,3	2,5	2,5	2,5
Donativos e empréstimos externos (% do PIB)	3,7	8,1	5,2	5,2	5,2	5,2	5,1
Receitas fiscais (% do PIB)	8,7	11,4	10,6	11,0	11,2	11,4	11,7
Saldo orçamental global (incl. donativos, caixa, % do PIB)	-2,0	-4,1	-3,9	-3,4	-3,4	-3,0	-2,7
Conta corrente externa (% do PIB)	-4,1	-0,4	-3,9	-4,5	-5,0	-5,5	-5,8

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

8. A Guiné-Bissau continua em risco moderado de sobre-endividamento. Os indicadores da dívida pública e externa do país melhoraram significativamente após a assistência prestada no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI e permanecem abaixo dos limiares indicativos durante o período de projeção. Com base na ASD atualizada, os indicadores da dívida são inferiores ao previamente previsto devido a revisões no stock da dívida e no PIB e à exclusão de dívidas técnicas (ou seja,

¹ A Guiné-Bissau também tem um estoque de atrasados internos de aproximadamente 10% do PIB, e que antecede o último governo. Essas dívidas foram certificadas em 2000 e em 2007. As dívidas até 2000 foram certificadas e reconhecidas pelo governo e os pagamentos para a eliminação destas dívidas foram realizados até 2011, com um saldo remanescente de FCFA 14 mil milhões. Uma auditoria preliminar estimou que as dívidas contraídas entre 2000 e 2007 representam FCFA 86 mil milhões, montante ainda não reconhecido pelo governo.

dívidas a credores com os quais estão pendentes acordos de reescalonamento). Prevê-se que os rácios de endividamento externo permaneçam relativamente estáveis a curto prazo, uma vez que as autoridades tencionam financiar alguns projetos-chave de infraestruturas principalmente através de empréstimos concessionais disponibilizados pelos parceiros de desenvolvimento. No entanto, refletindo a reduzida base de exportações da Guiné-Bissau, a ASD detetou que existe uma ultrapassagem acentuada e prolongada do limiar do rácio entre o valor atual da dívida e as exportações em um cenário de choque de exportações. A avaliação depende da recuperação após a crise e do pressuposto de que as autoridades irão restabelecer políticas fiscais e de gestão da dívida prudentes, implementar reformas estruturais e continuar a depender, em grande medida, de empréstimos concessionais.

RESTAURAR A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA

As perspectivas a curto prazo melhoraram consideravelmente nos últimos meses, tendo em consideração o restauro pacífico da democracia e um elevado grau de consenso no seio do governo inclusivo quanto às medidas e reformas estruturais tão necessárias. No entanto, a manutenção da disciplina fiscal é crucial para tirar o máximo partido do momento positivo atual e retomar o caminho do crescimento e desenvolvimento inclusivos.

A. Restabelecimento da disciplina fiscal e normalização das operações governamentais

9. O governo tomou medidas importantes para melhorar a execução orçamental (MPEF, §14b, c). As autoridades prepararam um plano mensal de fluxo de caixa para o resto do ano que irá ajudá-las a definir as despesas prioritárias, preparar o acesso ao financiamento bancário a curto prazo, quando necessário, e minimizar a utilização de procedimentos de despesa de emergência. Adicionalmente (para além do comité de tesouraria convencional), pretende-se criar um comité de tesouraria de alto nível para aumentar os controlos fiscais, que será constituído por representantes da Presidência, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Economia e Finanças, BCEAO, FMI e doadores. O objetivo deste comité será definir prioridades em termos da despesa, definir limites para as despesas não tituladas, avaliar pedidos para exceder estes limites a título excecional, e reconciliar mensalmente ordens de pagamento com extratos bancários. Prevê-se que ambos os comités estejam operacionais a meio de outubro.

10. As autoridades atuaram rapidamente e apresentaram um orçamento prudente para 2014 (MPEF, §14b). O orçamento para 2014 baseia-se em estimativas realistas das receitas fiscais e financiamento de doadores. A sua aprovação e publicação é uma ação prévia para o desembolso no âmbito da RCF e, ainda que tão tarde neste ano, ajuda a controlar os compromissos em termos da despesa e, por conseguinte, impõe disciplina fiscal. A ação prévia ajudará também o desembolso no âmbito da RCF a desempenhar um papel catalítico, enviando um sinal forte de que o governo está a restaurar procedimentos operacionais apropriados. O orçamento para 2014 inclui um aumento nas despesas recorrentes devido à retoma da despesa com fornecimentos de primeira necessidade e despesa relacionada com as eleições, bem como uma massa salarial superior devido à inclusão de profissionais de saúde e professores anteriormente excluídos do orçamento.

11. A assistência ao abrigo da RCF irá ajudar a colmatar o défice residual de financiamento em 2014. A perspetiva de uma potencial assistência ao abrigo da RCF já está a desempenhar um papel catalítico crucial à medida que os doadores retomam o apoio orçamental, o que, juntamente com o apoio do FMI, irá ajudar a colmatar as grandes lacunas no balanço de pagamentos e no financiamento fiscal em 2014. No entanto, apesar das perspectivas de um orçamento para 2014 inteiramente financiado, o descompasso entre as despesas e o apoio orçamental previstos exigirá uma política fiscal prudente e uma cuidadosa gestão de liquidez.

12. As autoridades estão agora focadas na preparação do orçamento para 2015 (MPEF, §16). As autoridades visam concluir e publicar o orçamento para 2015 no início do ano que vem, com metas fiscais em linha com os recursos que se prevê estarem disponíveis. Estimativas preliminares apontam, nesta fase, para um défice residual de financiamento ainda significativo em 2015. Por conseguinte, as autoridades estão a planear despesas em linha com uma dotação orçamental conservadora, intensificando simultaneamente os seus esforços para obter apoio orçamental adicional, incluindo na mesa-redonda prevista para o início do ano de 2015.

B. Retoma de reformas estruturais fiscais

13. O ritmo das reformas fiscais estruturais abrandou-se significativamente desde 2012. Nos últimos dois anos, as reformas fiscais ficaram praticamente paralisadas, à exceção de algum progresso em termos da integração de todos os funcionários públicos, exceto o exército e a polícia, a um sistema de pagamento de salários através do sistema bancário e a aprovação de uma estrutura organizacional funcional apropriada para a administração fiscal, conforme recomendado pela assistência técnica anterior prestada pelo FAD.

14. Dada a necessidade premente e abrangente de reformas fiscais estruturais, as autoridades pretendem definir cuidadosamente quais reformas são prioritárias, tendo em consideração a sua capacidade institucional limitada. A curto prazo, as autoridades centrar-se-ão na: i) criação de um comité de alto nível para aumentar os controlos fiscais e reduzir o risco fiduciário para os doadores; ii) racionalização das isenções fiscais nas importações de combustíveis e iii) expansão do SYDONIA ao posto fronteiriço de Safim (ver indicadores de referência estruturais no Quadro 2 do MPEF). Estas medidas deverão melhorar a gestão de tesouraria e ajudar a recuperar as receitas fiscais perdidas ao longo dos últimos dois anos. A médio prazo, para financiar as amplas necessidades de desenvolvimento, as autoridades visam aumentar a cobrança de receitas para níveis bem maiores que aqueles relativamente baixos observados antes do golpe militar (ver Caixa 1 para informações sobre as reformas da administração fiscal). A agenda de reformas estruturas ao abrigo do programa ECF de 2010 centrou-se nas áreas de gestão da folha de pagamentos e das finanças públicas, administrações fiscal e aduaneira e gestão da dívida. O desenvolvimento de capacidades, incluindo a ajuda do FMI, será crucial para recuperar o impulso nestas áreas.

15. O governo pretende retomar as reformas da gestão da folha de pagamentos (MPEF, §23c). O governo pretende concluir o módulo administrativo do sistema de gestão da folha de pagamentos (SIGRHAP) e integrá-lo ao módulo financeiro para incluir os ministérios da Administração Pública e da Economia e Finanças. As autoridades estão a planear alargar o SIGRHAP

e o pagamento de salários através do sistema bancário ao pessoal do exército e ao Ministério do Interior.

16. O governo irá reforçar a gestão da dívida (MPEF, §23b). As autoridades estão a trabalhar para concluir a avaliação da dívida externa e eliminar quaisquer atrasados externos (que se estima representarem atualmente 0,6% do PIB) escalonando com precisão pagamentos futuros para evitar novos atrasados. O governo pretende retomar os seus esforços para finalizar os acordos de reescalamento com credores fora do Clube de Paris que se encontram ainda pendentes após o país ter alcançado o Ponto de Conclusão HIPC. Para aumentar a transparência, o Ministério da Economia e Finanças pretende compilar e publicar informações sobre a dívida pública (externa e interna) trimestralmente. Para isso, as autoridades estão a procura de oportunidades de treinamento para melhorar a capacidade na unidade da dívida.

17. O governo iniciou uma monitorização rigorosa e uma racionalização das isenções fiscais (MPEF, §14 e §23d). O governo criou um comité para avaliar semanalmente todas as isenções fiscais e iniciou o controlo do consumo de combustíveis por ministérios, incluindo o Ministério da Defesa, com as respetivas necessidades estimadas. Estima-se que os subsídios aos combustíveis representem, atualmente, 0,9% do PIB, enquanto os preços de referência abaixo do mercado para bens importados e para as exportações da castanha de caju representam outros 0,3% do PIB. As autoridades pretendem reduzir drasticamente as isenções fiscais e estão a ponderar o alinhamento dos preços de referência com os preços de mercado.

Caixa 1. Reforma da Administração Fiscal na Guiné-Bissau

O rácio entre as receitas fiscais e o PIB da Guiné-Bissau é um dos mais baixos da África. Em 2013, as receitas fiscais da Guiné-Bissau representavam 7,4% do PIB, abaixo do nível recorde (muito baixo) de 8,0% em 2010. A fraca mobilização de receitas está no centro dos desequilíbrios fiscais crónicos na Guiné-Bissau. A economia não diversificada e amplamente informal, um sistema fiscal estruturado de forma ineficaz, as fraquezas institucionais, a instabilidade económica e política crónica e as limitações de capacidade impossibilitam a cobrança das receitas. A instabilidade política e as instituições ineficazes promoveram um comportamento de busca de rendas económicas, corrupção, pressões políticas na administração fiscal e ausência de vontade política (ou incentivos apropriados) para implementar uma reforma de administração fiscal e aduaneira. Uma missão recente de assistência técnica do Departamento de Finanças Públicas identificou medidas para promover a coleta de impostos e direitos aduaneiros.

As principais recomendações para aumentar a coleta de impostos a médio prazo incluem:

i) melhorar a infraestrutura básica da Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), incluindo escritórios adequadamente mobilados com computadores; ii) implementar política de recursos humanos, incluindo nova carreira de auditoria profissional com um núcleo de pessoal devidamente formado e com responsabilidades claras; iii) elaborar manuais e definir procedimentos operacionais para a coleta de impostos, auditoria e cumprimento das obrigações fiscais, ajudando a proteger os agentes fiscais contra interferência política; iv) definir um programa de trabalho centrado inicialmente nos grandes contribuintes; e v) implementar um novo sistema de TI para a administração fiscal.

As principais recomendações para aumentar a arrecadação aduaneira incluem: i) aumentar a eficiência operacional do porto de Bissau e de outros postos aduaneiros. Os principais componentes para melhorar a eficiência operacional incluem a definição de procedimentos de

trabalho e a implementação do SYDONIA++ em todos os principais postos aduaneiros, incluindo Safim, São Domingos, Bafatá e Gabú; ii) instalar scanners no porto de Bissau e nas fronteiras para aumentar o controlo; iii) reduzir a subfacturação através da melhor valoração de bens por meio de melhor troca de informações com as administrações aduaneiras dos principais países exportadores e a criação de uma base de dados com preços internacionais dos bens comercializados; iv) eliminar os pagamentos em atrasos com o fornecedor de serviços de Internet (Oracle) para assegurar um serviço contínuo do sistema de IT aduaneiro; v) prevenir fraudes retomando o sistema de coloração de combustível isento de taxas alfandegárias; e vi) implementar auditorias pós-desembarço e de isenções de taxas e melhorar a capacidade para deteção de fraudes.

As reformas estruturais têm de ser complementadas com o desenvolvimento de competências para assegurar a sua eficácia e sustentabilidade. O FMI e os parceiros de desenvolvimento desempenham um papel-chave no fornecimento de treinamento e assistência técnica e iniciaram uma coordenação nas áreas da gestão das finanças públicas e administração das receitas.

18. Com base nas recomendações da recente assistência técnica do FMI, as autoridades visam preparar um plano de ação para as reformas da GFP (Caixa 2) (MPEF, §18; §23, a).

As autoridades estão a debater com o FAD quais as medidas e procedimentos que lhes permitiriam reduzir significativamente a utilização de procedimentos de despesa simplificados e restaurar o registo adequado no sistema de gestão orçamental (SIGFIP). A médio prazo, o governo considera necessário melhorar a sua capacidade de previsão, consolidar as contas do Tesouro, preparar e publicar relatórios de execução orçamental e reforçar as práticas de controlos internos e externos.

Caixa 2. Fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas (GFP) na Guiné-Bissau

A GFP na GNB revela pontos fracos graves que prejudicam a sua eficiência e transparência.

A ausência de uma estratégia de reforma de GFP e de um plano de ação formalmente adotados pelas autoridades, bem como a ausência de um quadro institucional para conduzir e coordenar reformas necessárias em tempo integral, juntamente com as limitações de capacidade, não permitiu um progresso significativo na implementação das recomendações das missões de assistência técnica (AT) anteriores. No geral, o desempenho do sistema é prejudicado pelas debilidades institucionais na preparação e execução orçamental, bem como na fraca apresentação fiscal e contabil.

Foram feitos alguns avanços na área da execução orçamental. O enquadramento jurídico do orçamento e contabilidade foi ligeiramente melhorado com a adoção, em 2010, de um decreto que transcreve a desatualizada diretiva da UEMOA de 1998 sobre a regulamentação em matéria de contabilidade; a direção encarregada do controlo *ex ante* da execução orçamental (ou seja, “*Contrôle Financier*”) foi separada da direção orçamental e o quadro institucional da direção de aprovisionamento foi reforçado. No entanto, o sistema continua a ser caracterizado pela aprovação tardia do orçamento anual, procedimentos de execução orçamental longos e complexos e controlos redundantes e pouco transparentes, conduzindo a uma utilização abusiva de procedimentos de exceção (DNT), ignorando frequentemente o sistema de informação orçamental (SIGFIP) e contribuindo para a acumulação de atrasados internos. As recentes recomendações das missões de assistência técnica incluem:

O Orçamento deve ser executado de forma previsível e ordenada, de modo a restaurar a disciplina e a transparência fiscal. As medidas prioritárias incluem i) a adoção do orçamento para 2015 antes do fim de 2014; ii) o alinhamento das atribuições do orçamento com os planos de compromissos (perspetiva futura) em vez de efetuar o alinhamento com a execução orçamental do ano anterior, prática utilizada atualmente (retrospetiva); iii) adoção de um decreto que restrinja a utilização

de DNT em despesas de natureza predefinida através do SIGFIP; e iv) simplificação dos procedimentos de execução orçamental cumprindo as etapas obrigatórias.

O comité de tesouraria deve ser reativado para melhorar a disciplina fiscal e a gestão de tesouraria. Nos últimos anos, a ausência de atualização regular dos planos de gestão de tesouraria nas reuniões do comité de tesouraria conduziu a atrasados internos elevados. Para melhorar a disciplina fiscal: a curto prazo i) o comité de tesouraria deve ser reativado e, posteriormente, otimizado; e ii) devem ser preparados, implementados e atualizados regularmente planos de gestão de tesouraria anuais e mensais. A médio prazo, deve ser criada uma Conta Única do Tesouro para facilitar a gestão de tesouraria e os controlos orçamentais.

As demonstrações financeiras entre 2009 a 2013 devem, o mais rápido possível, ser elaboradas pelo governo e em seguida submetidas à auditoria e aprovação pelo Tribunal de Contas. As deficiências organizacionais do gabinete de Tesouraria têm um impacto negativo na contabilidade e no fecho do balancete. As falhas no fecho das demonstrações financeiras, juntamente com as imperfeições nos processos contabilísticos, prejudicam a produção das contas anuais. Para melhorar a produção das contas, o governo deve elaborar um manual com a descrição dos procedimentos contábeis e preparar os termos de referência para funcionários do gabinete de Tesouraria. O balancete deve ser elaborado, controlado e aprovado mensalmente.

O governo precisa utilizar melhor o atual programa informático de GFP (SIGFIP), que possui todas as funcionalidades necessárias para ajudar a preparação do orçamento, sua execução e contabilidade. Por exemplo, o módulo de contabilidade é utilizado apenas parcialmente, o Razão Geral não está completo e os balancetes não são gerados. Por conseguinte, a qualidade das contas é baixa. Para uma melhor utilização do SIGFIP, todos os utilizadores devem receber formação apropriada e o módulo de contabilidade do sistema deve ser implementado na íntegra.

C. Reformas estruturais para criar condições para um crescimento económico sustentável

19. Uma reforma abrangente no setor da segurança é pré-requisito para um crescimento económico duradouro e para a redução decisiva da pobreza (MPEF, §27). A instabilidade política e económica crónica tem sido um forte impedimento ao desenvolvimento e fez com que a Guiné-Bissau tenha ficado bem atrás dos seus pares. Neste contexto, as autoridades começaram a elaborar, com a ajuda dos parceiros de desenvolvimento, a reforma do setor da segurança que inclui um sistema de pensões e gratificações e estão à procura de financiamento adicional para que a reforma seja sustentável e totalmente financiada.

20. As autoridades pretendem rever profundamente o apoio ao setor do caju (MPEF, §29, Caixa 3). O FUNPI foi introduzido em um momento no qual os preços do caju eram elevados, como um imposto extra (específico) sobre as exportações e com o objetivo de desenvolver a transformação local da castanha de caju. No entanto, o fundo falhou nos seus objetivos. Os preços ao produtor caíram acentuadamente, aumentando os incentivos para o contrabando e reduzindo as exportações oficiais, sendo que os recursos financeiros foram desviados para outros fins – muitas vezes de forma muito pouco transparente. Dado que os agricultores pobres pagam a maior parte da taxa do FUNPI, a sua eliminação iria aumentar de imediato o seu rendimento familiar e, conforme estimado pelo Banco Mundial, reduziria a taxa de pobreza nacional em 2 pontos percentuais e a pobreza extrema em 3 pontos percentuais. Além disso, a sua eliminação, juntamente com a melhoria dos controlos aduaneiros, reduziria o contrabando e aumentaria as receitas fiscais do governo. Existe um número de meios alternativos para promover a produção e industrialização do

caju e de outros produtos agrícolas. Os parceiros de desenvolvimento, entre eles o Banco Mundial, estão prontos para apoiar o setor do caju, inclusive através de empréstimos, fundos de garantia e assistência técnica. À luz do fraco desempenho do FUNPI, o governo integrou os recursos FUNPI no orçamento e decidiu realizar uma auditoria abrangente de suas atividades anteriores, para explorar alternativas mais eficientes e a favor dos mais pobres de promoção do setor do caju na Guiné-Bissau, incluindo a atração de IDE para o setor. Ele assinou recentemente um acordo com o FUNDEI,² um fundo que tem registado bons resultados, para financiar projetos para o processamento de castanha de caju com fundos retirados do FUNPI. Por fim, caso a eliminação do fundo seja demasiadamente difícil em termos políticos, as autoridades comprometem-se, no mínimo, a reduzir a sobretaxa do FUNPI de 40 FCFA para 10 FCFA por quilograma.

21. As autoridades estão determinadas, a médio prazo, a identificar políticas para diversificar a economia, reduzir a pobreza generalizada, gerar oportunidades de emprego e consolidar a estabilidade política. Infraestrutura e serviços governamentais inadequados, baixos níveis de capital humano, um quadro regulamentar ineficaz para os negócios e acesso limitado a serviços financeiros conduziram a um ciclo vicioso de baixas taxas de crescimento económico e instabilidade política. A curto prazo, o governo centrará os seus esforços na melhoria do fornecimento de eletricidade e no funcionamento do porto ineficazmente gerido. As autoridades vêm também a necessidade de desenvolver e implementar estratégias para melhorar a eficiência e a gestão das empresas públicas, com políticas tarifárias que gerem recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento da infraestrutura. As autoridades estão ainda a debater com os parceiros de desenvolvimento formas de otimizar o desenvolvimento dos vastos recursos naturais do país.

22. A longo prazo, a bancarização da economia é tanto um resultado como um fator-chave para o desenvolvimento sustentável (Apêndice 1) (MPEF, §24, 32). As autoridades visam preparar um plano estratégico para reforçar o sistema financeiro e aumentar o acesso a serviços financeiros.

² FUNDEI é o acrónimo de Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial Industrial.

Caixa 3. FUNPI: Concepção, Implementação e Impacto¹

Nos últimos anos, o governo efetuou a cobrança de uma sobretaxa sobre as exportações de caju para financiar um fundo concebido para promover a agro-indústria, designado por FUNPI². Em 2011, quando as exportações de caju da Guiné-Bissau estavam a vender a níveis historicamente elevados (perto de USD 1 400 por tonelada), o governo e a câmara de comércio procuraram tirar partido do aumento das receitas das exportações de caju para promover o processamento deste e de outros produtos agrícolas. O FUNPI foi criado e financiado por uma sobretaxa de 50 FCFA por quilograma (aproximadamente USD 100 por tonelada) sobre as exportações de caju. Esta sobretaxa somou-se a outros impostos sobre as exportações que atingem 11% do preço de referência.³ No entanto, os objetivos específicos e os mecanismos de tomada de decisões não eram claros.

A incerteza em relação ao nível da sobretaxa em cada ano conduziu a um comportamento ineficiente e especulativo no setor do caju e o nível elevado de impostos promoveu o contrabando.

Tratando-se de um imposto por unidade, sem um mecanismo pré-determinado para ajustar as flutuações de preço do caju, o nível da sobretaxa imposto em 2011 foi incorretamente ajustado por diversas vezes em 2012, quando o preço internacional caiu cerca de 30%. Os exportadores de caju argumentam que a incerteza gerada em torno da contribuição do FUNPI e as grandes flutuações no preço do caju conduziram a alterações especulativas nos planos de armazenamento, calendário de vendas e decisões financeiras no geral, contribuindo assim para a difícil situação financeira atual dos comerciantes de caju e para os elevados níveis de créditos mal parados. Os impostos elevados também incentivaram o contrabando. Estima-se que em 2013 65 mil toneladas de caju saíram do país por meio de contrabando, acarretando uma elevada perda nas receitas previstas do governo (FCFA 3 mil milhões em receitas fiscais previstas e FCFA 300 milhões em encargos do porto previstos).

O FUNPI não foi utilizado para o fim a que se destinava e não permitiu ao governo alcançar o objetivo de promover o processamento de caju. A fraca base institucional do FUNPI e a ausência de responsabilização resultaram na má gestão do fundo, que se agravou durante o período posterior ao golpe militar de 2012. As receitas do FUNPI, que se estima serem de aproximadamente USD 30 milhões, foram utilizadas, em parte, pelo governo de transição no contexto de uma situação orçamental difícil. No entanto, tal como pretendido pelo novo governo, é necessária uma auditoria externa completa para dar conta da utilização de todos os fundos.

O imposto FUNPI aumentou significativamente a pobreza. A maioria dos agricultores de caju são produtores muito pequenos e pobres. Dos 100 mil produtores de caju que sustentam mais de 800 mil pessoas, mais de 70% vivem abaixo do limiar da pobreza. Por conseguinte, a produção de caju é a principal fonte de rendimento de metade da população da Guiné-Bissau e mais de metade dessa população é pobre. Como os agricultores enfrentam uma concorrência perfeita no mercado, têm pouco poder de negociação e poucas opções senão vender ao preço proposto. Um estudo do Banco Mundial estima que pelo menos 80% do imposto é transferido aos agricultores. Por conseguinte, o imposto FUNPI reduz os preços pagos ao produtor em 20% e o consumo dos produtores em 11%.

¹ Esta caixa baseia-se em discussões bilaterais com representantes do setor do caju, instituições bancárias e funcionários do governo da Guiné-Bissau, bem como nos resultados de Cont e Porto, 2014 "Measuring the Impact of a Change in the Price of Cashew Received by Exporters on Farmgate Prices and Poverty in Guinea-Bissau", World Bank Policy Research Working Paper, N.º 7036, Macroeconomics and Fiscal Management Global Practice Group, Setembro, Washington, DC.

² A produção e exportação de castanha de caju é a maior atividade económica na Guiné-Bissau, representando cerca de 90% das exportações do país e 10 a 12% das receitas fiscais.

³ A sobretaxa do FUNPI representa cerca de 12% do preço de referência.

PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO

23. As autoridades solicitaram assistência financeira do FMI ao abrigo da RCF em montante equivalente a DES 3,55 milhões (25% da cota) para colmatar o défice de financiamento fiscal da Guiné-Bissau e para satisfazer as necessidades urgentes em termos do balanço de pagamentos (ver Quadro 2 do Texto) que, se não forem resolvidas, resultarão em colapso económico grave e imediato. As dificuldades financeiras da Guiné-Bissau não são predominantemente causadas por uma retirada do apoio financeiro por parte dos doadores e o governo não consegue implementar um programa económico de qualidade para obter financiamento nas parcelas superiores de crédito (PSC) devido à sua capacidade limitada de implementação de políticas.

O desembolso no âmbito da RCF seria também catalisador da mobilização de apoio adicional ao balanço de pagamentos e ao orçamento. A perspetiva de um RCF conduziu a um apoio orçamental previsto de FCFA 11 mil milhões da União Europeia e Timor-Leste (Quadro 2 do Texto).³ Embora as exportações tenham melhorado um pouco em comparação com 2013, estas permanecem significativamente abaixo do nível verificado antes da crise de 2011; em conformidade, a Guiné-Bissau enfrenta uma necessidade urgente de balanço de pagamentos relacionada com um défice da conta corrente que se

estima permanecer elevado em 2014, devendo igualmente reforçar o saldo global para reconstruir as reservas regionais. O défice externo traduz-se em necessidades de financiamento fiscal significativas que se estima representarem 8,5% do PIB, dos quais 5,7% já se encontram financiados (Quadro de Texto 2). Tendo em consideração o apoio orçamental previsto dependente do desembolso no âmbito da RCF, continua a existir um défice residual de financiamento de FCFA 2,7 mil milhões (0,7% do PIB), que poderá ser colmatado pelo desembolso da RCF (DES 3,55 milhões ou 25% da cota).

Quadro de Texto 2. Necessidades de financiamento e possíveis fontes de financiamento em 2014

	FCFA mil milhões	Em percentagem do PIB
Necessidades de financiamento (A)	43	8,5
Défice fiscal interno (base compromissos)	26	5,2
Regularização de atrasados internos	10	1,9
Amortizações e atrasados externos	1	0,2
Acumulação de depósitos	6	1,2
Fontes de financiamento (B)	29	5,7
Bilhetes do Tesouro	15	3,0
Apoio orçamental (d/q) Eleições	14	2,7
	9	1,8
Défice de financiamento (C=A-B)	14	2,8
Apoio orçamental condicional (D)	10	2,1
União Europeia	7	1,3
Timor-Leste	4	0,8
Défice residual de financiamento (E=C-D)	4	0,7

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

³ Além das transferências oficiais, a retoma das compensações de pesca da UE (FCFA 6,5 mil milhões) também depende do desembolso da RCF.

24. O desembolso da RCF forneceria às autoridades os recursos imediatos necessários para implementar medidas de emergência e retomar funções governamentais básicas. Daria igualmente às autoridades o tempo necessário para aperfeiçoar o quadro macroeconómico a médio prazo e retomar reformas estruturais abrangentes nas áreas da GFP, administração fiscal e desenvolvimento do setor privado. O progresso nestas áreas é necessário para cumprir os padrões de qualidade mínimos de um programa nas PSC, como um programa ao abrigo da ECF.

25. A capacidade de reembolso da Guiné-Bissau é adequada (Quadro 5) mas as perspectivas estão sujeitas a riscos. A grande volatilidade recente nos preços do caju torna a economia altamente vulnerável, uma vez que as exportações de caju representam mais de 90% das exportações totais e cerca de 10 a 12% das receitas fiscais. A situação política aparenta estar relativamente estável graças ao forte apoio interno do partido governamental e à nomeação de alguns ministros pertencentes ao segundo maior partido político. No entanto, uma potencial resistência à implementação da reforma no setor da segurança, em particular, poderia colocar em risco a recuperação e afetar negativamente a dimensão do apoio dos doadores e o momento em que este é prestado. De facto, o custo da mais recente proposta para um fundo de pensões e gratificações para a desmobilização militar excede o apoio externo prometido pela CEDEAO. O início tardio da época das chuvas podem ter um impacto na produção agrícola e na segurança alimentar. Por fim, uma possível propagação do Ébola no país poderia testar seriamente a infraestrutura de saúde e as atividades económicas muito limitadas. A forte dependência do apoio dos doadores também constitui um risco, especialmente porque as previsões globais de crescimento foram revistas em baixa. A Guiné-Bissau faz parte do banco central regional, BCEAO, que está sujeito a uma avaliação das salvaguardas a cada quatro anos. A próxima avaliação do BCEAO está programada para 2017.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

26. O recém-eleito governo da Guiné-Bissau herdou o país em condições muito difíceis e é confrontado com grandes desafios. Após dois anos de colapso económico, receitas governamentais corroídas, diminuição das despesas sociais e acumulação de atrasados externos e internos, as funções básicas do governo falharam e a pobreza aumentou acentuadamente. A infraestrutura económica, incluindo as estradas e o fornecimento de eletricidade e água, está em condições muito más. Durante os últimos dois anos, a Guiné-Bissau operou sem um orçamento e a maioria das despesas foram realizadas fora dos procedimentos normais de despesa.

27. Após eleições pacíficas, o novo governo tem uma oportunidade histórica para se desligar do passado de fragilidade da Guiné-Bissau com resultados visivelmente positivos. O governo se beneficia de apoio popular generalizado, incluindo dos partidos da oposição, e doadores tradicionais voltaram a apoiar a Guiné-Bissau. O programa governamental para 2014-2018 e o orçamento de 2014 foram aprovados por unanimidade pelo Parlamento. O governo pagou também a maior parte dos salários em atraso referentes aos anos de 2013 e 2014 e iniciou a reconstrução das receitas internas. As receitas aduaneiras de agosto de 2014 foram 33% superiores àquelas de um ano atrás.

28. O governo tem estado a normalizar as operações orçamentais, um esforço que terá de ser mantido através de melhorias da gestão orçamental e de tesouraria. Ao abrigo do orçamento aprovado para 2014 e do orçamento, em fase de preparação, para 2015, o governo distribuiu os seus escassos recursos mantendo um equilíbrio entre a proteção das despesas sociais, o pagamento atempado dos salários, a eliminação dos atrasados governamentais de 2013 e 2014 e o reforço do investimento público. Para evitar a recorrência de atrasados, as autoridades devem evitar a utilização de despesas extraorçamentais e otimizar a gestão de tesouraria. A intenção das autoridades de reativar um comité de tesouraria e preparar planos de gestão de tesouraria anuais e mensais é bem-vinda.

29. O governo encontra-se a beneficiar de assistência técnica extensiva do FMI para avançar em direção à recuperação das receitas fiscais e aduaneiras e à melhoria da gestão das finanças públicas. O corpo técnico saúda os esforços das autoridades para enfrentar os desafios nesta área. Uma rápida elaboração e subsequente implementação de planos de ação serão cruciais para manter as melhorias recentes na gestão fiscal. As atuais receitas internas da Guiné-Bissau são insuficientes e os procedimentos orçamentais são ineficientes para lidar com as enormes necessidades em termos de desenvolvimento que o país está a enfrentar. O corpo técnico apela às autoridades que deem prioridade àquelas reformas que tragam vitórias rápidas. Essas reformas incluem a informatização dos principais postos aduaneiros, a introdução de *scanners* e a limitação das isenções fiscais para combustíveis, em particular.

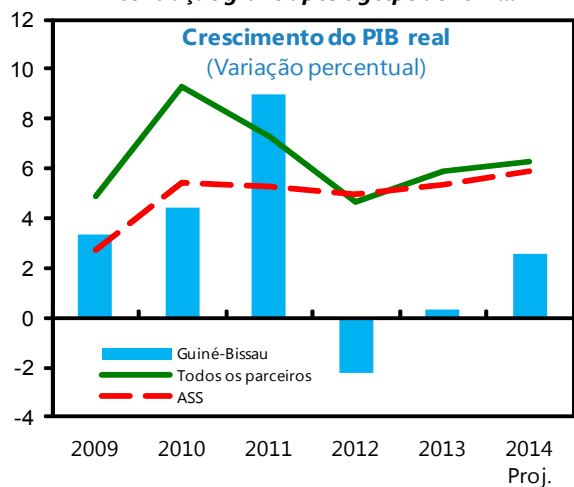
30. O corpo técnico saúda a decisão do governo de solicitar uma auditoria do mal gerido fundo de caju FUNPI e apela fortemente às autoridades que eliminem esse fundo. A eliminação do FUNPI teria um impacto importante e imediato na redução da pobreza e na melhoria do ambiente de negócios. O corpo técnico incentiva as autoridades a elaborarem, com a ajuda dos respetivos parceiros de desenvolvimento, alternativas mais eficientes, mais bem direcionadas e a favor dos mais pobres para apoiar a produção e transformação do caju. O corpo técnico apela igualmente às autoridades que avaliem cuidadosamente, com a ajuda da assistência técnica do FMI, opções para recapitalizar o sistema bancário que restrinjam os custos fiscais contingentes.

31. Os riscos do cenário prospectivo são significativos. A dependência da Guiné-Bissau na produção do caju e a sua história de instabilidade económica e política provaram ser vulnerabilidades significativas no passado. No entanto, o forte compromisso das autoridades com as políticas apoiadas pela RCF e o forte apoio da comunidade nacional e internacional oferecem à Guiné-Bissau uma oportunidade única de iniciar um novo ciclo. Uma reforma abrangente no setor da segurança será essencial para a sustentabilidade da estabilidade recente.

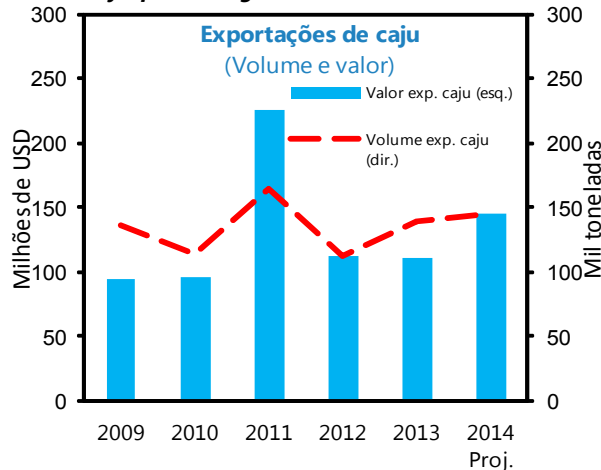
32. O corpo técnico apoia o pedido de assistência das autoridades ao abrigo da RCF, tendo em conta a sua capacidade atualmente limitada de implementar políticas no contexto de um programa económico de qualidade para obter financiamento nas parcelas superiores de crédito, a necessidade urgente e significativa do balanço de pagamentos e o efeito catalisador do apoio do FMI para obter financiamento externo de outras fontes.

Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos, 2009–14

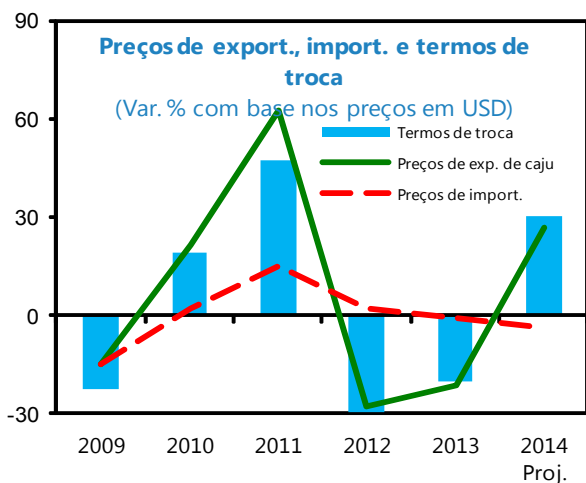
O crescimento do PIB está a recuperar após uma contração grave após o golpe de 2012...



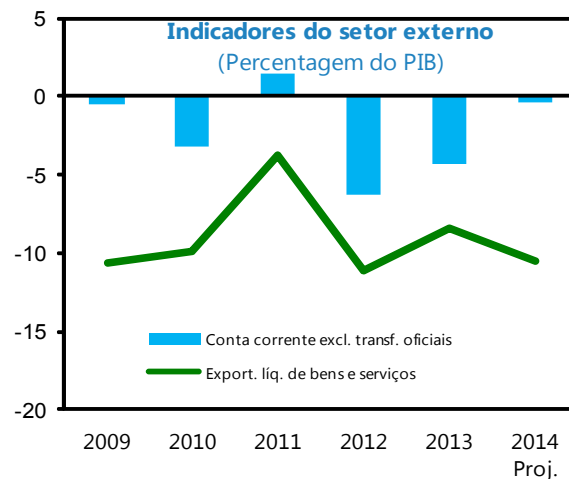
...e a queda acentuada nas exportações de caju que está agora também a inverter-se...



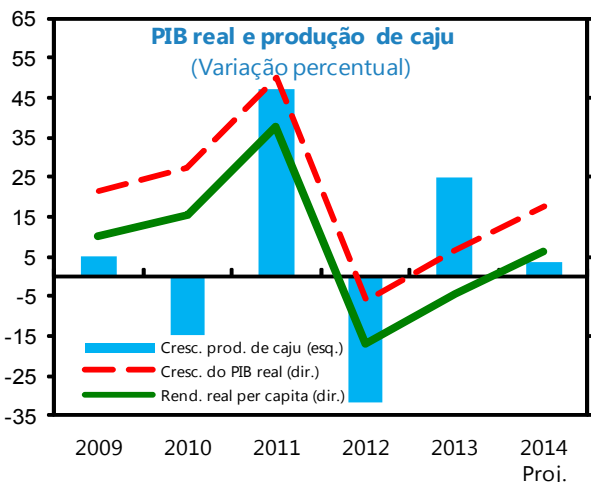
... e a conduzir a uma melhoria nos termos de troca.



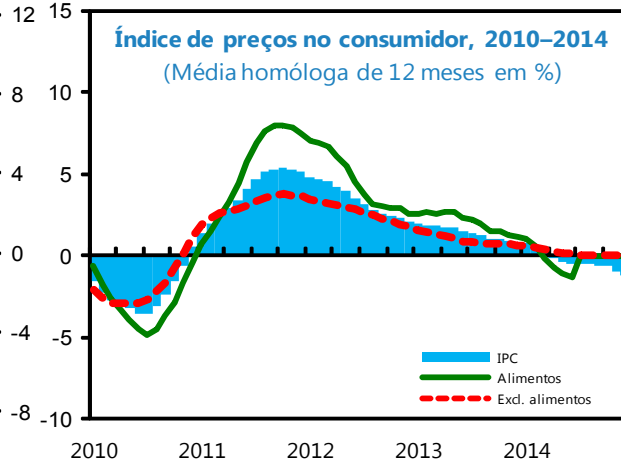
O aumento das exportações e a retoma da ajuda externa estão a reduzir o défice da conta corrente.



O rendimento per capita está a recuperar lado a lado com o PIB



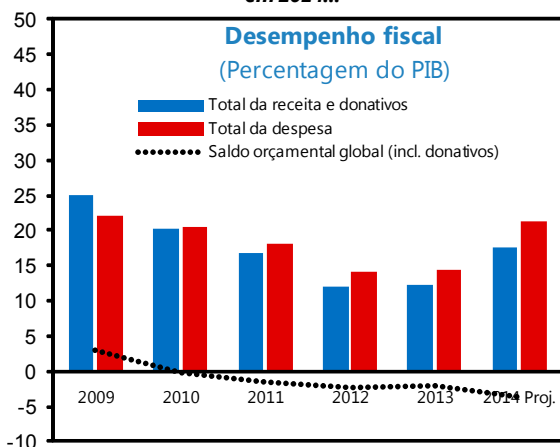
E, com um crescimento ainda lento da procura interna, as pressões inflacionárias mantêm-se contidas.



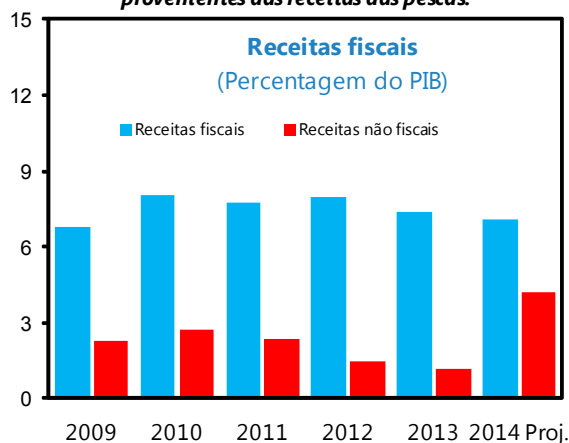
Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Outros Desenvolvimentos Económicos, 2009–14

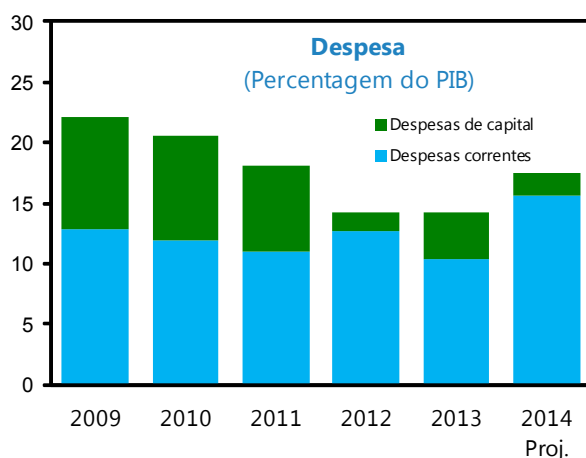
Após cair nos últimos anos, a despesa está a aumentar em 2014...



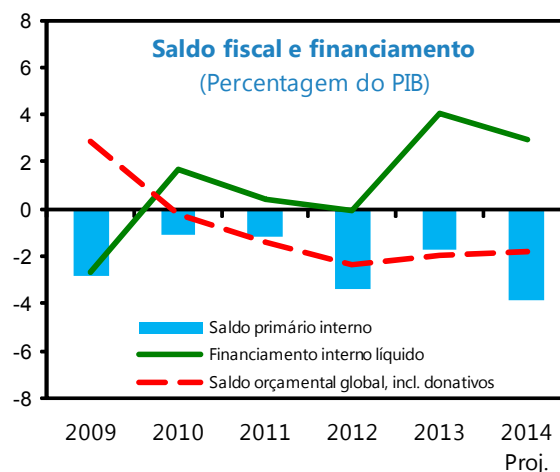
...em linha com o aumento das receitas não fiscais provenientes das receitas das pescas.



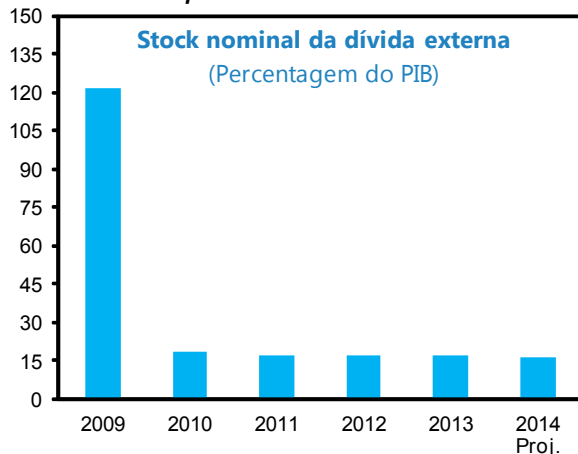
As despesas correntes aumentaram consideravelmente em 2014, refletindo em parte as despesas com as eleições.



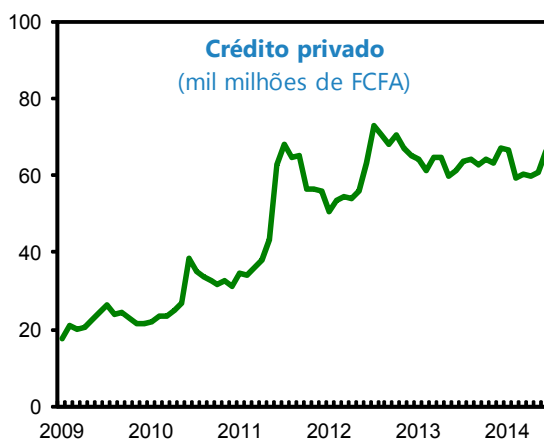
Após o golpe, o aumento dos empr. internos compensou em parte a redução do apoio de doadores...



...enquanto os níveis de dívida externa permanecem baixos e estáveis após o alívio da dívida em 2010.



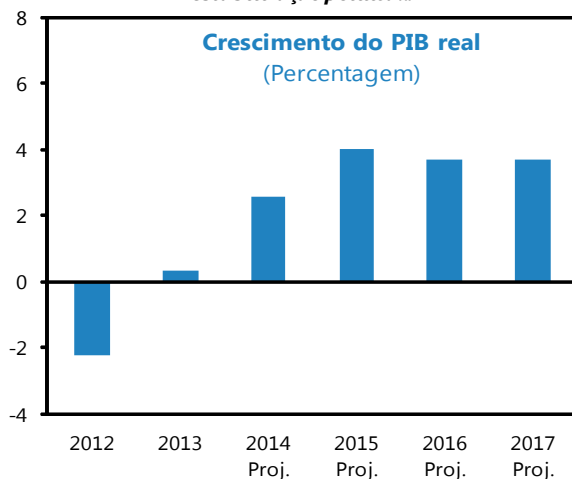
Depois de anos de crescimento exuberante, o crédito à economia permaneceu estagnado até recentemente.



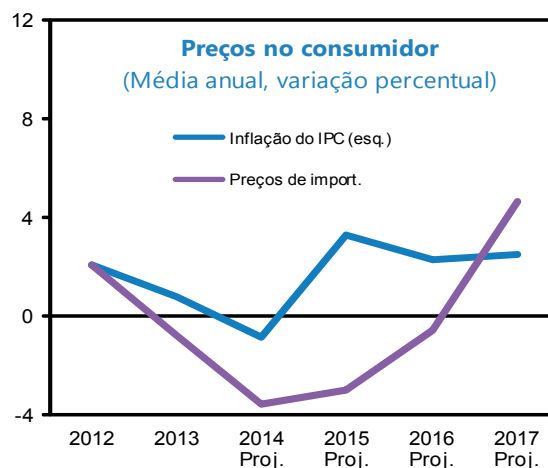
Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Perspectivas a Médio Prazo, 2012–17

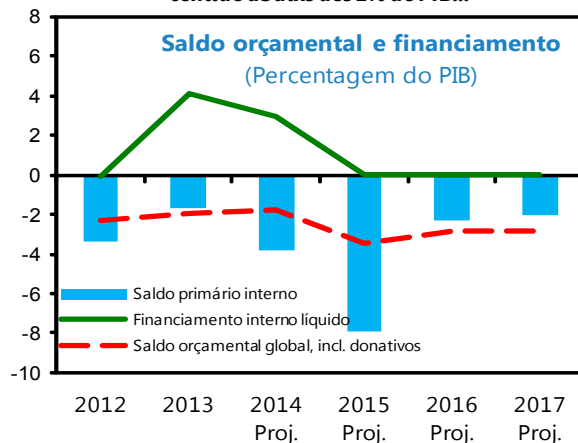
O crescimento do PIB deve recuperar no seio da estabilização política...



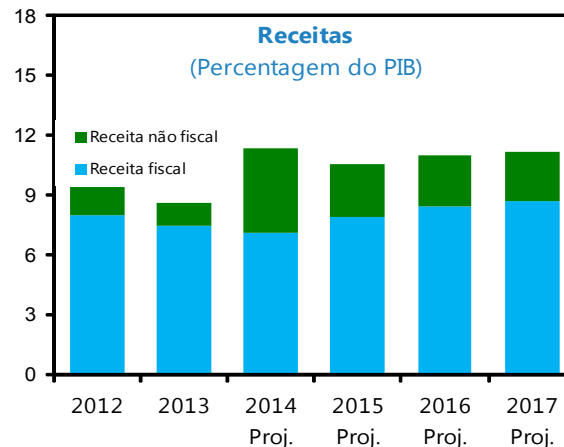
...enquanto a inflação deve permanecer moderada em linha com os níveis da UEMOA.



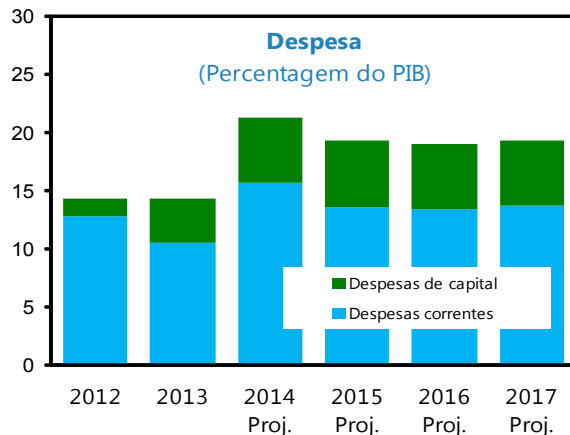
O défice primário interno deve ser contido abaixo dos 2% do PIB...



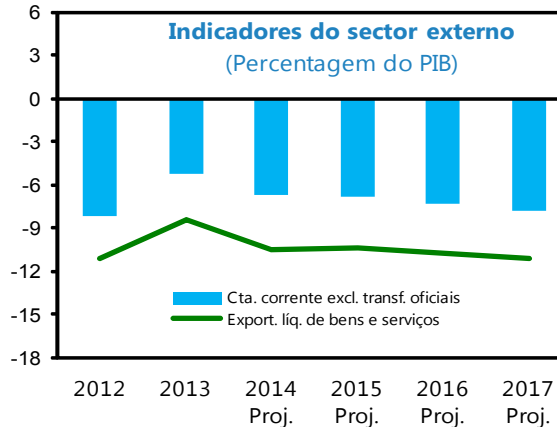
...à medida que a coleta de receitas melhora ligeiramente...



... e a despesa permanece amplamente sob controlo.



O défice da c/c deve aumentar gradualmente, refletindo o aumento das import. associado a um aumento do financ.



Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos, 2011–16

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
				Proj.	Proj.	Proj.
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)						
Contas nacionais e preços						
PIB real a preços de mercado	9,0	-2,2	0,3	2,5	4,0	3,7
PIB real per capita	6,5	-4,4	-1,9	0,3	1,7	1,4
Deflator do PIB	13,8	-3,9	-3,4	3,7	2,8	2,2
Índice de preços no consumidor (média anual)	5,1	2,1	0,8	-0,8	3,3	2,3
Setor externo						
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	118,0	-39,5	5,1	14,8	4,9	3,3
Importações, FOB (com base em valores em USD)	22,1	-24,4	1,2	26,2	4,2	6,1
Volume de exportações	34,3	-16,5	33,0	-9,3	4,9	3,3
Volume de importações	6,0	-25,9	2,0	30,9	7,4	6,7
Termos de troca (deterioração = -)	47,1	-29,6	-20,2	30,2	3,0	0,6
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -)	-4,7	4,9	-7,6
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	471,4	510,2	493,9
Finanças públicas						
Receitas internas (excluindo donativos)	16,3	-12,5	-10,6	39,5	-0,6	10,2
Total da despesa	9,4	-26,3	-2,1	58,2	-3,3	4,5
Despesas correntes	14,6	8,6	-20,1	58,6	-6,8	4,6
Despesas de capital	2,1	-80,4	152,9	57,1	6,5	4,2
Moeda e crédito						
Ativos internos líquidos ¹	18,2	14,0	8,4	-1,1	7,3	7,9
Crédito ao governo (líquido)	-4,5	16,8	0,2	8,2	0,0	0,0
Crédito à economia	12,9	7,9	1,4	2,2	2,4	4,2
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	3,0	3,0	2,5	2,5	2,4	2,4
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)						
Investimento e poupança						
Investimento bruto	5,3	7,1	7,1	7,1	7,1	7,1
<i>Do qual:</i> investimento público	2,6	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Poupança interna bruta	1,3	-2,7	-2,7	-2,7	-2,7	-2,7
<i>Da qual:</i> poupança pública	-5,5	-2,9	-3,8	-8,0	-6,8	-6,1
Poupança nacional bruta	5,4	1,4	2,5	9,7	6,4	5,7
Finanças públicas						
Receita orçamental	10,1	9,4	8,7	11,4	10,6	11,0
Despesa primária interna total	11,2	12,8	10,4	15,3	18,4	13,3
Saldo primário interno	-1,1	-3,4	-1,7	-3,9	-7,8	-2,3
Saldo global (base de compromissos)						
Incluindo donativos	-1,4	-2,3	-1,9	-1,8	-3,5	-2,8
Excluindo donativos	-8,0	-4,8	-5,7	-10,0	-8,7	-8,0
Conta corrente externa (incl. transferências correntes oficiais)	-0,2	-4,7	-4,1	-0,4	-3,9	-4,5
Excluindo transferências oficiais	-3,3	-6,6	-4,9	-6,7	-6,8	-7,4
Por memória:						
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	520,8	489,5	474,7	504,5	539,5	571,8

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Contributo percentual ao crescimento da moeda em sentido lato.

Quadro 2a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2011–16
(Mil milhões de FCFA)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
				Proj.	Proj.	
Receitas e donativos	87,0	58,1	58,9	98,4	85,1	92,6
Receitas	52,6	46,0	41,1	57,4	57,0	62,8
Receitas fiscais	40,3	38,9	35,4	36,0	42,5	48,1
Receitas não fiscais	12,3	7,1	5,7	21,4	14,5	14,8
(d/q) FUNPI	n.a.	n.a.	n.a.	5,6		
Donativos	34,4	12,1	17,8	41,0	28,0	29,7
Apoio orçamental	8,7	9,1	4,0	24,1	10,0	10,6
(d/q) Apoio às eleições	n.a.	n.a.	n.a.	9,3		
Donativos para projetos	25,7	3,1	13,8	16,9	18,1	19,2
Total da despesa	94,4	69,5	68,0	109,2	106,0	111,9
Despesas correntes	57,3	62,3	49,7	79,8	74,5	79,2
Salários e ordenados	23,6	25,1	24,3	30,4	30,8	32,6
Bens e serviços	8,4	12,8	9,0	10,9	12,7	13,5
Transferências	11,8	12,8	12,6	14,6	14,6	15,4
Outras despesas correntes	12,9	11,4	3,5	23,4	14,1	14,9
<i>Juros programados</i>	0,6	0,1	0,4	0,5	2,4	2,7
Juros internos	0,2	0,0	0,0	0,1	1,5	2,2
Juros externos	0,3	0,1	0,4	0,4	0,9	0,5
Despesas de capital e concessão líq. de empr.	37,0	7,2	18,3	29,4	31,5	32,7
<i>Programa de Investimento Público</i>	36,9	7,1	18,3	29,3	31,3	32,5
Financiamento interno	1,8	0,6	0,0	2,2	2,4	2,6
Financiamento externo	35,1	6,5	18,3	27,0	28,9	29,9
<i>Outras despesas de capital</i>	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2
Financiamento interno	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2
Financiamento externo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (compromissos)	-7,3	-11,4	-9,2	-10,8	-21,0	-19,3
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-41,8	-23,5	-26,9	-51,8	-49,0	-49,0
Atrasados internos líquidos ¹	-3,2	3,5	9,7	-9,7	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	0,0	3,5	9,7	0,0	0,0	0,0
Pagamento de anos anteriores	-3,2	0,0	0,0	-9,7	0,0	0,0
Atrasados de juros externos no ano corrente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	0,1	-5,8	9,9	0,0	0,0	0,0
Saldo global (caixa)	-10,4	-13,7	-9,4	-20,5	-21,0	-19,3
Financiamento	10,4	13,7	9,4	20,5	21,0	19,3
Financiamento interno	1,1	9,0	4,9	11,1	0,0	-0,5
<i>Financiamento bancário</i>	1,1	9,0	4,9	11,1	0,0	-0,5
Crédito do BCEAO	1,3	0,0	0,0	2,7	0,0	-0,5
(d/q) FMI	3,5	0,0	0,0	2,7	0,0	-0,5
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	-4,8	9,3	-0,8	-6,6	0,0	0,0
Bancos nacionais	4,6	-0,3	-4,3	0,0	0,0	0,0
Regional (incluindo bilhetes do Tesouro)	0,0	0,0	10,0	15,0	0,0	0,0
<i>Financiamento não bancário (p. ex., BOAD)</i>	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
Financiamento externo (líquido)	9,4	4,6	4,5	9,4	9,5	9,5
Desembolsos	9,4	5,1	4,6	10,1	10,8	10,7
Créditos para projetos	9,4	5,1	4,6	10,1	10,8	10,7
Programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização (programada e atrasados)	-0,7	-0,5	-0,1	-3,2	-1,3	-1,2
Atrasados externos	-91,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	92,1	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0
Défice bruto de financ. (+ = neces. de financ.)	0,0	0,0	0,0	0,0	11,4	10,3
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	11,4	10,3
Saldo primário interno	-6,1	-16,8	-8,2	-24,3	-17,7	-16,4
Receitas	52,6	46,0	41,1	57,4	57,0	62,8
Despesa primária	58,7	62,9	49,4	81,7	74,7	79,3

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Registrado como atrasado quando os pagamentos estão pendentes há mais de 30 dias para salários e mais de 90 dias para outras despesas.

Quadro 2b. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2011–16
(Porcentagem do PIB)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
				Proj.	Proj.	
Receitas e donativos	16,7	11,9	12,4	19,5	15,8	16,2
Receitas	10,1	9,4	8,7	11,4	10,6	11,0
Receitas fiscais	7,7	7,9	7,5	7,1	7,9	8,4
Receitas não fiscais	2,4	1,5	1,2	4,2	2,7	2,6
(d/q) FUNPI	n.a.	n.a.	n.a.	1,1		
Donativos	6,6	2,5	3,7	8,1	5,2	5,2
Apoio orçamental	1,7	1,8	0,8	4,8	1,8	1,8
(d/q) Apoio às eleições	n.a.	n.a.	n.a.	1,8		
Donativos para projetos	4,9	0,6	2,9	3,4	3,4	3,4
Total da despesa	18,1	14,2	14,3	21,6	19,7	19,6
Despesas correntes	11,0	12,7	10,5	15,8	13,8	13,8
Salários e ordenados	4,5	5,1	5,1	6,0	5,7	5,7
Bens e serviços	1,6	2,6	1,9	2,2	2,4	2,4
Transferências	2,3	2,6	2,6	2,9	2,7	2,7
Outras despesas correntes	2,5	2,3	0,7	4,6	2,6	2,6
Juros programados	0,1	0,0	0,1	0,1	0,4	0,5
Juros internos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,4
Juros externos	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1
Despesas de capital e concessão líq. de empr.	7,1	1,5	3,9	5,8	5,8	5,7
Programa de Investimento Público	7,1	1,4	3,9	5,8	5,8	5,7
Financiamento interno	0,3	0,1	0,0	0,4	0,5	0,5
Financiamento externo	6,7	1,3	3,9	5,4	5,4	5,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento externo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global (compromissos)	-1,4	-2,3	-1,9	-2,1	-3,9	-3,4
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-8,0	-4,8	-5,7	-10,3	-9,1	-8,6
Atrasados internos líquidos ¹	-0,6	0,7	2,0	-1,9	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	0,0	0,7	2,0	0,0	0,0	0,0
Pagamento de anos anteriores	-0,6	0,0	0,0	-1,9	0,0	0,0
Atrasados de juros externos no ano corrente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	0,0	-1,2	2,1	0,0	0,0	0,0
Saldo global (caixa)	-2,0	-2,8	-2,0	-4,1	-3,9	-3,4
Financiamento	2,0	2,8	2,0	4,1	3,9	3,4
Financiamento interno	0,2	1,8	1,0	2,2	0,0	-0,1
Financiamento bancário	0,2	1,8	1,0	2,2	0,0	-0,1
Crédito do BCEAO	0,2	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,1
(d/q) FMI	0,7	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,1
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	-0,9	1,8	-0,2	-1,3	0,0	0,0
Bancos nacionais	0,9	-0,1	-0,9	0,0	0,0	0,0
Regional (incluindo bilhetes do Tesouro)	0,0	0,0	2,1	3,0	0,0	0,0
Additional deposits/float	-0,9	1,9	-0,2	-1,3	0,0	0,0
Desembolsos	1,8	0,9	0,9	1,9	2,0	1,7
Créditos para projetos	1,8	1,0	1,0	2,0	2,0	1,9
Programas	1,8	1,0	1,0	2,0	2,0	1,9
Amortização (programada e atrasados)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos	-0,1	-0,1	0,0	-0,6	-0,2	-0,2
Alívio da dívida	-17,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financ. (+ = neces. de financ.)	17,7	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	1,8
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	1,8
Receitas	-1,2	-3,4	-1,7	-4,8	-3,3	-2,9
Despesa primária	10,1	9,4	8,7	11,4	10,6	11,0
Despesa primária	11,3	12,8	10,4	16,2	13,9	13,9

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹Registado como atrasado qdo. os pagamentos estão pendentes há mais de 30 dias p/salários e mais de 90 dias p/outras despesas.

Quadro 3. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2011-16¹

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
				Proj.	Proj.	
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)						
Ativos externos líquidos	119,3	84,5	94,9	114,3	115,7	117,4
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	95,4	65,0	72,1	92,1	94,1	96,1
Bancos comerciais	23,9	19,5	22,8	22,2	21,7	21,4
Ativos internos líquidos	41,5	67,1	80,9	90,1	105,0	122,3
Crédito ao governo (líquido)	5,7	15,7	16,2	31,2	31,2	31,2
Crédito ao setor privado	50,5	64,2	66,6	70,7	75,7	85,0
Outras rubricas (líquido)	-14,7	-12,8	-1,9	-11,9	-1,9	6,1
Massa monetária (M2)	173,3	162,8	186,9	204,3	220,7	239,7
Moeda em poder do público	85,5	83,4	90,9	99,4	107,4	116,7
Depósitos bancários	87,8	79,4	96,0	104,9	113,3	123,1
Base monetária (M0)	87,1	83,6	91,2	99,7	107,7	116,9
(Variação percentual da moeda em sentido lato no início do período)						
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato						
Massa monetária (M2)	39,1	-6,0	14,8	9,3	8,0	8,6
Ativos externos líquidos	20,9	-20,1	6,3	10,4	0,7	0,8
BCEAO	24,9	-17,6	4,4	10,7	1,0	0,9
Bancos comerciais	-4,0	-2,5	2,0	-0,3	-0,3	-0,1
Ativos internos líquidos	11,4	14,8	8,4	4,9	7,3	7,9
Crédito ao governo central	3,7	5,7	0,3	8,0	0,0	0,0
Crédito ao setor privado	12,9	7,9	1,4	2,2	2,4	4,2
Outras rubricas (líquido)	-5,2	1,1	6,7	-5,4	4,9	3,6
Por memória:						
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	39,1	-6,0	14,8	9,3	8,0	8,6
Base monetária (M0, variação percentual anual)	15,7	-4,0	9,0	9,3	8,0	8,6
Crédito ao setor privado (variação percentual anual)	46,7	27,2	3,6	6,3	6,9	12,4
Velocidade (PIB/M2)	3,0	3,0	2,5	2,5	2,4	2,4
Multiplicador monetário (M2/M0)	2,0	1,9	2,1	2,1	2,1	2,1

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Fim do período.

Quadro 4. Balanço de Pagamentos, 2011–16
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
				Proj.	Proj.	
Saldo da conta corrente						
Incluindo todas as transferências oficiais	-1.2	-22.8	-19.4	-2.0	-20.8	-25.5
Incluindo transferências oficiais não contingentes a uma RCF	-12.4
Incl. transf. oficiais não contingentes a uma RCF e não relacionadas às eleições	-21.7
Excluindo transferências oficiais	-17.0	-32.1	-23.4	-33.8	-36.8	-42.1
Excluindo transferências oficiais e pagamentos de juros	-16.7	-31.6	-22.9	-33.3	-36.3	-41.6
Bens e serviços	-28.9	-46.3	-39.0	-53.1	-56.4	-62.0
Bens	-2.9	-20.4	-17.3	-29.7	-30.6	-34.7
Exportações, FOB	110.5	72.4	73.6	82.9	87.6	90.0
Das quais: castanha de caju	97.7	65.3	56.0	70.2	73.6	75.4
Importações, FOB	-113.3	-92.8	-90.9	-112.5	-118.2	-124.8
Das quais: produtos alimentares	-32.0	-32.2	-31.4	-38.9	-41.6	-44.0
produtos petrolíferos	-29.8	-21.7	-21.5	-26.6	-26.9	-27.9
Serviços (líquido)	-26.0	-25.9	-21.7	-23.4	-25.8	-27.2
Crédito	21.1	11.1	11.5	11.6	11.7	12.3
Débito	-47.0	-37.0	-33.2	-39.6	-41.8	-44.2
Rendimentos (juros programados)	-0.3	-0.5	-0.5	-0.4	-0.5	-0.5
Transferências correntes	28.0	24.0	20.1	51.5	36.1	36.9
Oficiais ¹	15.8	9.3	4.0	31.8	16.0	16.6
Das quais: donativos de apoio à balança de pagamentos	8.7	9.1	4.0	24.1	10.0	10.6
Compensação de pescas da UE	7.1	0.2	0.0	7.7	6.0	6.0
outras	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Privadas	12.2	14.8	16.1	19.7	20.1	20.3
Das quais: remessas	10.5	12.4	14.1	15.8	16.2	16.4
taxas de licenciamento	1.7	2.4	2.0	3.9	3.9	3.9
Conta de capital e financeira	16.7	30.7	23.1	22.0	22.8	27.5
Conta de capital	26.9	3.1	14.1	17.2	18.3	19.4
Conta financeira	-10.3	27.6	9.0	4.8	4.5	8.1
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	9.4	3.4	4.6	10.1	10.8	10.7
Créditos para projetos	9.4	3.4	4.6	10.1	10.8	10.7
Amortização programada	-0.7	-0.5	-0.1	-0.7	-1.1	-1.2
Bilhetes do Tesouro e financiamento regional	0.0	0.0	10.0	15.0	0.0	0.0
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	4.7	4.4	-3.3	0.6	0.5	0.3
Ativos externos líquidos privados	-8.9	-18.1	1.3	-20.3	-5.7	-1.7
Erros e omissões	14.9	-38.3	3.4	0.0	0.0	0.0
Saldo global	30.3	-30.4	7.1	20.0	2.0	2.0
Financiamento	-30.3	30.4	-7.1	-20.0	-2.0	-2.0
Das quais: Financiamento RCF do FMI	n.a.	n.a.	n.a.	-2.7	n.a.	n.a.
Ativos externos líquidos (aumento = -)	-31.0	30.4	-7.1	-20.0	-2.0	-2.0
<i>Por memória:</i>						
Volume de exportações de bens (variação percentual anual)	34.3	-16.5	33.0	-9.3	4.9	3.3
Preços de exportação do caju ² (USD por tonelada)	1380	1000	790	1000	1000	1000
Volume de importações de bens (variação percentual anual)	6.0	-25.9	2.0	30.9	7.4	6.7
Reservas internacionais imputadas						
Em milhões de USD	182.6	139.8
Como percentagem da moeda em sentido lato	49.7	36.9
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	15.8	12.9
Como percentagem da moeda em sentido lato	58.0	54.1
Reservas oficiais brutas da UEMOA (meses de importações da UEMOA)	5.9	5.2
Serviço da dívida programado						
Percentagem de exportações e créditos de serviço	-69.3	1.6	2.1	-1.5	1.6	2.2
Percentagem do total da receita pública	-173.2	2.9	4.4	-2.5	2.9	3.6
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)						
Incluindo transferências oficiais	-0.2	-4.7	-4.1	-0.4	-3.9	-4.5
Incluindo transferências oficiais não contingentes a uma RCF	-2.5
Incl. transf. oficiais não contingentes a uma RCF e não relacionadas às eleições	-4.3
Excluindo transferências oficiais	-3.3	-6.6	-4.9	-6.7	-6.8	-7.4
Excluindo transferências oficiais e pagamentos de juros	-3.2	-6.4	-4.8	-6.6	-6.7	-7.3

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Incluindo a ajuda alimentar e a assistência técnica a projetos.

² Até 2011, aos preços médios do BCEAO. A partir de 2011, com base nas projeções do WEO para os preços do amendoim.

Quadro 5. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2014–24

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Projeções										
Obrigações com o FMI com base no crédito existente											
(Milhões de DSE)											
Capital	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial											
(Milhões de DSE)											
Capital	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	2,2	1,4	0,7	0,7	0,7
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações totais com base no crédito existente e potencial											
Milhões de DSE											
Mil milhões de FCFA	0,0	0,0	0,5	1,1	1,1	1,0	1,6	1,0	0,5	0,5	0,5
Porcentagem da receita pública	0,0	0,0	0,9	1,7	1,6	1,4	2,0	1,2	0,5	0,5	0,5
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,0	0,0	0,6	1,2	1,2	1,2	1,6	1,0	0,5	0,4	0,4
Porcentagem do serviço de dívida	0,0	0,0	15,1	26,6	22,2	22,5	24,4	17,9	8,1	8,1	8,0
Porcentagem do PIB	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Porcentagem da quota	0,0	0,0	5,1	10,2	10,2	10,2	15,2	10,1	5,0	5,0	4,7
Porcentagem das reservas	0,0	0,0	0,8	1,5	1,5	1,4					
Saldo em dívida com o FMI											
Milhões de DSE											
Mil milhões de FCFA	10,8	10,8	10,1	8,6	7,2	5,7	3,6	2,1	1,4	0,7	0,0
Porcentagem da receita pública	8,0	8,0	7,4	6,3	5,2	4,1	2,6	1,5	1,0	0,5	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	16,5	15,2	13,1	10,3	7,8	5,7	3,2	1,7	1,1	0,5	0,0
Porcentagem do serviço de dívida	9,5	9,2	8,4	7,0	5,7	4,6	2,7	1,5	0,9	0,4	0,0
Porcentagem do PIB	298,6	265,2	211,7	158,0	110,0	88,8	40,2	26,7	16,3	8,2	0,0
Porcentagem da quota	1,6	1,5	1,3	1,1	0,8	0,6	0,4	0,2	0,1	0,1	0,0
Porcentagem das reservas	76,0	76,0	70,9	60,7	50,5	40,3	25,1	15,0	10,0	5,0	0,0
	12,7	12,5	11,3	9,2	7,3	5,7					
Uso líquido do crédito do FMI (milhões de DSE)											
Desembolsos	3,6	0,0	-0,7	-1,5	-1,5	-1,5	-2,2	-1,4	-0,7	-0,7	-0,7
Reembolsos e recompras	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,7	1,5	1,5	1,5	2,2	1,4	0,7	0,7	0,7
(Mil milhões de FCFA)											
<i>Por memória:</i>											
PIB nominal	502,7	533,9	565,6	599,7	636,7	677,6	725,3	776,4	831,0	889,5	952,1
Exportações de bens e serviços	83,8	86,1	88,6	90,1	90,6	90,5	96,8	102,9	109,3	116,2	123,5
Receita pública	48,5	52,4	56,5	61,3	66,6	72,6	79,8	87,9	97,0	103,9	111,4
Serviço de dívida	2,7	3,0	3,5	4,0	4,7	4,6	6,4	5,7	6,3	6,3	6,4
Ativos externos líquidos do Banco Central	62,7	63,6	65,2	68,5	71,4	72,9
FCFA/DSE (média do período)	740,5	737,7	735,0	731,0	725,8	720,7	720,7	720,7	720,7	720,7	720,7
Quota (DSE)	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	15,2

Fontes: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Apêndice I. Estabilidade Financeira e Desenvolvimento na Guiné-Bissau

O setor bancário pequeno da Guiné-Bissau foi afetado pelos choques exógenos que atingiram o país em 2012. Apesar do rápido crescimento do crédito em 2009-2012, o crédito bancário à economia equivale apenas a cerca de 14% do PIB, e apenas cerca de 1% dos agregados familiares tem acesso a serviços bancários. Adicionalmente, a experiência de crescimento rápido do crédito em 2009-2012 reverteu-se drasticamente em 2012 após o golpe militar e declínio de 30% nos preços do caju. O golpe militar afetou os credores em muitos setores, em parte ao restringir os serviços públicos e os investimentos, assim como através da suspensão das atividades dos doadores no país.

Por conseguinte, os indicadores de solidez financeira deterioraram-se gradualmente desde 2012. Embora os rácios de liquidez permaneçam elevados, os créditos mal parados (CMP) aumentaram de 6,4% do total de créditos em 2012 para 25,7% em junho de 2014. A maior parte dos CMP está concentrada em dois bancos com exposição significativa ao setor do caju. O crédito bancário à economia contraiu-se em 20% entre meados de 2012 e o final de 2013, mas recuperou ligeiramente no primeiro semestre de 2014 no seguimento do crescimento contínuo do crédito dos bancos não afetados.

Guiné-Bissau: Indicadores Financeiros para o Setor Bancário, 2007-2014

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Junho 2014
	(Em percentagem)							
Capital								
Capital Tier 1/ativos ponderados pelo risco	27,3	23,4	24,9	28,5	22,3	22,3	23,1	21,4
Capital/total de ativos	10,6	10,6	10,5	15,3	11,8	13,2	13,5	11,0
Qualidade dos ativos								
Créditos mal parados/total de créditos	6,6	7,2	8,5	9,8	6,5	6,4	11,6	25,7
Provisões/empréstimos brutos	10,4	8,0	23,9	16,3	13,0	10,7	11,6	19,0
Remunerações e rentabilidade								
Receita líquida/ativo médio (ROA)				1,1	2,5	2,6	2,9	2,9
Receita líquida/capital médio (ROE)	-15,1	-3,6	-2,5	6,2	17,7	18,0	17,9	17,5
Liquidez								
Ativos líquidos/passivo a curto prazo	32,1	48,0	56,8	33,0	42,2	49,0	49,5	60,1
Por memória:								
Taxa de juro passiva	1,9	4,3	4,0	3,6	3,8	4,7	4,7	4,7
Taxa de juro ativa	10,9	1,8	10,9	10,6	10,6	10,2	9,2	9,2

Fonte: BCEAO.

O setor bancário tem feito incursões significativas no financiamento do setor do caju, mas tem de diversificar melhor os seus riscos. Apesar de as exportações do caju serem tradicionalmente pré-financiadas pelos importadores estrangeiros, o sistema bancário local está a desempenhar um papel cada vez mais ativo no financiamento desse setor. Essa tendência reflete a natureza altamente lucrativa do setor, bem como as oportunidades limitadas de crescimento em outros setores menos do tipo enclave. No entanto, alguns bancos ficaram excessivamente expostos ao setor do caju e terão de procurar uma melhor diversificação ou reservas de capitais maiores.

Há necessidade de se aumentar a intermediação financeira, uma vez que o crescimento do crédito tem vindo a beneficiar apenas um pequeno segmento da população. O crédito tem se concentrado principalmente em grandes empresas e empresas públicas, e apenas cerca de 1% dos agregados familiares tem acesso aos serviços bancários. Desse modo, a reativação das atividades de microfinanças

com base em um plano de ação e a implementação do sistema regulatório recentemente aprovado, juntamente com treinamento adequado e recursos de financiamento externo, poderiam constituir o primeiro passo em direção ao aprofundamento dos mercados financeiros. Tais esforços teriam de ser complementados por reformas destinadas a melhorar a capacidade do sistema judicial em garantir a execução de contratos, da indústria de contabilidade em apresentar contas societárias fiáveis, assim como a formação e orientação para transformar oportunidades de negócio em projetos rentáveis. São igualmente necessárias melhorias no sistema de notação de crédito e no sistema de pagamentos e liquidações para tornar o sistema bancário mais resistente.

Apêndice II. Carta de Intenções

Bissau, Guiné-Bissau
25 de setembro de 2014

Sra. Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
EUA

Prezada Diretora-Geral,

1. Os dois anos que seguiram ao golpe de estado de abril de 2012 foram extremamente difíceis para o povo da Guiné-Bissau e deixaram marcas profundas na economia, nas instituições e no tecido social do País. A instabilidade económica e política que se seguiu turvou a nossa visão sobre o futuro. Entretanto, a esperança e a confiança em um futuro melhor começaram rapidamente a se materializar após a realização das longamente esperadas eleições parlamentares e presidenciais dos meses de abril e maio, e da posse do novo governo, entre fins de junho e início de julho. O novo governo está determinado a buscar soluções rápidas para os graves problemas que afetam o nosso País neste momento e, ao mesmo tempo, planejar com meticulosidade e profundidade uma estratégia para colocar a Guiné-Bissau na trajetória do crescimento sustentável. Dessa forma, o objetivo derradeiro do governo é construir uma fundação sólida para o crescimento rápido da economia, e que permita a redução consistente do alto nível de pobreza que assola o nosso País.

2. As prioridades-chave do governo incluem a promoção de um ambiente social e político que permita a manutenção da estabilidade macroeconómica e financeira. Também trabalharemos no desenvolvimento de um plano de médio prazo para trazer a economia de Guiné-Bissau de volta ao seu caminho de crescimento sustentado e inclusivo. Para nos ajudar a atingir esse objetivo contamos com o apoio financeiro da comunidade internacional, cuja presença é indispensável para que os esforços envidados rumo à geração de emprego, redução da pobreza e melhoria do padrão de vida sejam bem sucedidos ao longo dos próximos anos. Dessa forma, requisitamos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) assistência financeira imediata, na forma de desembolso ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (RCF em inglês), em valor equivalente a 25 por cento da cota da Guiné-Bissau, ou seja DES 3,55 milhões.

3. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras aqui anexado descreve as políticas que se planeja adotar ao longo dos próximos seis meses. O governo da Guiné-Bissau está convicto de que as políticas e medidas incluídas neste Memorando ajudarão a resolver as dificuldades enfrentadas no balanço de pagamentos, assim como promover nossos objetivos de crescimento e

de redução da pobreza. O governo consultará o corpo técnico do FMI, seja por sua própria vontade ou a pedido da Diretora-Gerente do FMI, antes da adoção de quaisquer medidas adicionais que julgue necessárias ou no caso de mudanças nas políticas acordadas neste Memorando. O governo concorda em cooperar plenamente como o FMI para alcançar seus objetivos de política, assim como não introduzir medidas ou políticas que piorem as dificuldades de balanço de pagamentos enfrentadas pela Guiné-Bissau.

4. As autoridades da Guiné-Bissau concordam com a publicação desta Carta de Intenções, do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento, aqui anexados, assim como do Relatório Técnico relacionado ao pedido de desembolso sob a Facilidade de Crédito Rápido e da Análise de Sustentabilidade da Dívida. Nós autorizamos a publicação impressa e no sítio do FMI após a aprovação do Comitê Executivo do FMI.

Atenciosamente,

/s/

Sr. Geraldo Martins
Ministro da Economia e Finanças

Anexos:

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
2. Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I — Memorando de Políticas Económicas e Financeiras 25 de setembro de 2014

Contexto

1. A Guiné-Bissau vem de dois anos muito difíceis nas esferas económica, social e política. Após o golpe de abril de 2012 o País, que vinha registrando taxas elevadas de crescimento sob a adoção de um programa de médio prazo com o FMI, saiu dos trilhos. O apoio financeiro fornecido por doadores e parceiros internacionais caiu e as receitas fiscais apresentaram queda dentro de um quadro de deterioração da capacidade institucional. Adicionalmente, o preço da castanha de caju, principal produto de exportação, teve forte redução no mercado internacional, tanto em 2012 como em 2013.
2. A atividade económica foi fortemente afetada por esses dois choques significativos, e o PIB contraiu 2 por cento entre 2012 e 2013. Os níveis de investimento social e em infraestrutura, já bastante baixos, e fortemente dependentes de setor externo, apresentaram redução significativa. A arrecadação tributária em relação ao PIB, uma das mais baixas entre os países africanos, diminuiu mais ainda. As consequências sociais desse novo quadro foram severas. A falta crónica de recursos impediu o pagamento em dia dos trabalhadores do setor público, em particular dos setores educação e de saúde, que ficaram vários meses sem receber salários, e ocasionou greves frequentes, prejudicando o andamento do ano escolar. Interrupções no fornecimento de água e energia contribuíram para a eclosão de surtos de cólera e piora nas condições gerais de saúde da população.
3. A instabilidade política exacerbou fraquezas institucionais e, além da diminuição da pressão fiscal, ela se refletiu em mudanças frequentes na política para o setor de castanha de caju, amplificando a queda dos preços ao produtor. A razão da troca entre arroz e castanha de caju, que era de 1 para 1 em 2011, caiu para 1 para 3 em 2013, e ainda não se recuperou em 2014 (1 para 1.5), produzindo efeitos significativos sobre o níveis de pobreza e segurança alimentar. Uma pesquisa recente do Banco Mundial mostrou que a parcela da população enfrentando sérios problemas de segurança alimentar passou de 20 por cento em 2011 para 40 por cento em 2013. Além disso, estima-se que mais de 70 por cento da população viva com menos de U\$ 2 dólares por dia.
4. Depois de um longo período de transição, as eleições parlamentares e presidenciais finalmente ocorreram, e os resultados foram reconhecidos como válidos e legítimos pela comunidade internacional. O novo governo, com uma composição inclusiva, tomou posse nos meses de junho e julho. Ele é fortemente comprometido com a estabilidade económica e política, com a adoção de reformas económicas, com a transparência na gestão pública e com a melhora do ambiente de negócios. Dessa forma, algumas medidas importantes já foram tomadas desde os primeiros dias de mandato, como a bem sucedida colocação de CFA 15 bilhões para ajudar na regularização dos pagamentos de salários atrasados, e a junção dos ministérios da economia e finanças com o objetivo de obter mais agilidade na implementação de políticas económicas.

Desenvolvimentos Económicos Recentes

5. Os efeitos do golpe de estado de abril de 2012 foram amplos, profundos e ainda persistem. O golpe de estado teve amplas repercussões sobre a economia e as instituições da Guiné-Bissau. Os efeitos económicos foram rapidamente sentidos, tanto pela queda no volume de apoio orçamentário como pela forte redução no volume de empréstimos e donativos para projetos. Enquanto em 2012 a ausência de alguns parceiros na ajuda ao orçamento foi compensada pela ajuda de outros doadores. Em 2013, o volume de apoio orçamentário se reduziu fortemente, caindo mais de 56 por cento. Por sua vez, o volume disponível de recursos para investimentos públicos caiu drasticamente. Em consequência, o nível de investimento público reduziu-se em 41.1 por cento em 2012 e 15 por cento em 2013.

6. Além das consequências adversas do choque político, a economia foi afetada pela queda substancial do preço da castanha de caju. Após subir 62 por cento em 2011, o preço da castanha de caju diminuiu 28 por cento em 2012 e 21 por cento em 2013 reforçando os efeitos contracionistas da instabilidade política. Adicionalmente, os efeitos da política errática em relação ao valor das contribuições ao FUNPI colaboraram para que o preço ao produtor caísse quase 50 por cento em 2013. Em consequência, a economia, que havia crescido 4.4 e 9.0 por cento em 2010 e 2011, retraiu-se 2.2 por cento em 2012 e ficou praticamente estagnada em 2013 (0.3 por cento).

7. A contração da atividade económica e a menor capacidade de gestão do governo refletiram-se na piora acentuada da arrecadação e na diminuição da pressão fiscal. Entre 2011 e 2013 as receitas tributárias se reduziram em 12 por cento, enquanto as receitas não tributárias caíram 58 por cento, embora grande parte reflita a suspensão no pagamento das compensação financeira de pesca pela União Europeia. Por sua vez, as receitas alfandegárias caíram 12 por cento no mesmo período. A perda de eficiência na capacidade de arrecadação do Estado foi um fator importante por trás da queda nas receitas fiscais do governo em relação ao PIB, que caiu de 10.1 por cento em 2011 para 8.6 por cento em 2013.

8. A queda acentuada do volume de receitas fiscais e do apoio financeiro externo obrigou o governo a cortar gastos. A escassez de recursos forçou o governo a cortar o volume de gastos correntes em 13 por cento entre 2011 e 2013. Por sua vez, a queda no volume de donativos e financiamentos a projetos se refletiram na forte contração no volume de investimento público, que caíram pela metade no mesmo período. Em consequência, os investimentos na área social e em projetos de infraestrutura sofreram cortes significativos.

9. Embora o governo tenha reduzido o nível de despesas para tentar se adequar à queda nas receitas, os atrasos de pagamento se acumularam durante o período de transição. Para manter a disciplina fiscal o governo reagiu à queda das receitas comprimindo o nível de despesas, mas, mesmo assim, a acumulação de atrasados foi inevitável. O volume de atrasados no fim de 2013

alcançou 2 por cento do PIB.¹ Após a recém emissão de CFA 15 bilhões pelo novo governo o estoque de atrasados caíram para 0.6 por cento do PIB neste momento.

10. A desaceleração da atividade económica, juntamente com a valorização da taxa de câmbio, contribuíram para a manutenção da estabilidade de preços. Após atingir 5.7 e 3.4 por cento em 2010 e 2011 o índice de preços ao consumidor subiu 1.6 por cento em 2012 e apresentou estabilidade em 2013 (-0.1 por cento). Nos últimos doze meses até agosto ele apresenta deflação de -1.1 por cento refletindo, em parte, os atrasos nos pagamentos de salário. Por sua vez, após se manter estável em 2011 e 2012 (0.3 e 0.5 por cento) a taxa de câmbio se valorizou 4.3 por cento em 2013.

11. Apesar dos preços mais altos o volume formal exportado de castanha de caju caiu devido ao aumento do contrabando. Após quedas substanciais nos dois anos anteriores, os preços se recuperaram em 2014 e subiram, em média, 27 por cento ao longo do período de exportação. Não obstante, o volume exportado do setor formal, que atingiu 140 mil toneladas em 2013, deve situar-se por volta de 136 mil em 2014. Essa queda advém do grande volume de castanhas contrabandeadas para o Senegal e Gâmbia devido, em parte, ao elevado valor (CFA 40 por quilo) estabelecido para o FUNPI em 2014.

12. Os melhores preços da castanha de caju, o pagamento de vários meses de salários atrasados, e a resolução pacífica da instabilidade institucional, deverão ajudar na recuperação económica em 2014. O ingresso substancial de recursos na economia oriundos de preços mais elevados da castanha de caju, tanto ao exportador como ao produtor, e o pagamento de quatro meses de salários atrasados devem impulsionar a demanda interna. Além disso, com a normalização institucional, os fluxos de capitais já voltaram a aumentar. Desse modo, espera-se que a economia cresça 2.5 por cento em 2014.

13. As exportações continuam a ser recuperar em 2014, enquanto o apoio orçamentário começa a fluir novamente para o país. O aumento no preço internacional da castanha de caju aponta para um aumento de CFA 6 bilhões nas suas exportações, em comparação com 2013. Por outro lado, o aumento das importações está sendo, em grande parte, financiado pelo aumento do apoio orçamentário. Dessa forma, após atingir um pico de 6.5 por cento em 2012, o deficit em conta corrente continuará a diminuir em 2014 e deverá atingir 0.4 por cento do PIB. Por sua vez, a acumulação de reservas internacionais deve acelerar, impulsionada pela melhora da conta corrente, pelo aumento do investimento direto e pelos empréstimos do setor público.

Políticas para 2014 e o Médio Prazo

14. O novo governo encontrou o País em situação muito difícil, e sua prioridade imediata foi restaurar um nível mínimo de normalidade operacional. Dessa forma, as seguintes medidas emergenciais foram tomadas:

¹ O volume de atrasos registrados ao final de 2013 não incluía CFA 2 bilhões de salários não pagos aos professores (novos ingressos e contratuais), que não estavam registrados pelo orçamento, e CFA 3 bilhões em atrasos de pagamentos às Embaixadas.

- a) **Atrasados:** O governo teve de agir rápido para regularizar o elevado volume de atrasados salariais, que totalizavam quatro meses, e com isso dinamizar a economia e instilar confiança nos agentes económicos. Com esse intuito, foram emitidos, com sucesso, CFA 15 bilhões em títulos do Tesouro, que foram adquiridos tanto por residentes como por não residentes. Essa emissão, juntamente com o apoio orçamentário do Banco Mundial, ajudou a reduzir o volume de atrasados de CFA 9.7 bilhões para CFA 2.0 bilhões. Neste momento quase não há mais atrasados salariais.
- b) **Regularização do processo orçamental:** O governo tomou posse e encontrou um país sem orçamento. Dessa forma, nos primeiros dois meses de mandato o governo já elaborou o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014, que está sendo discutido na Assembleia Nacional Popular (ANP), e será submetido à aprovação até o final de setembro. Ao mesmo tempo, elaborou um plano de tesouraria até o fim do ano para que pudesse ter uma ideia mais precisa sobre as necessidades de financiamento do País e as dificuldades na gestão da liquidez até o final de 2014. O orçamento para 2015 começará a ser elaborado em breve e deverá estar pronto até o fim do ano.
- c) **Comitê de Tesouraria:** além do habitual comitê (operativo) de tesouraria, que se encarrega da gestão cotidiana do fluxo de caixa, e que deverá ser formado por representantes da Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), Direção Geral das Alfândegas (DGA), Direção Geral do Orçamento (DGO), Direção Geral do Tesouro (DGT), Secretaria das Pescas, Unidade de Conjuntura e Previsão, e o BCEAO o governo criará um comitê de tesouraria de alto nível. Esse comitê será formado por representantes da PR, PM, Ministério da Economia e Finanças (MEF), BCEAO, FMI e de doadores. O comitê de alto nível deverá definir, quando necessário, a prioridade dos gastos, aprovar despesas não tituladas quando essas ultrapassarem valores pré-especificados, verificar mensalmente a conciliação entre as ordens de pagamento e os extratos bancários. Ambos os comitês deverão ser criados e estar operacionais até meados de outubro, após a aprovação do Programa do Governo para o período 2014–2018 e do OGE.
- d) **Auxílio Financeiro Externo:** Dadas as necessidades elevadas de recursos para que o governo possa voltar à sua normalidade operacional, assim como recuperar sua capacidade de investimento, o governo buscou, e continua ativamente buscando, recursos de doadores. Os primeiros resultados já começaram a aparecer e o país já recebeu U\$ 6 milhões em doações do Timor Leste, e receberá até o fim do ano mais € 10 milhões de apoio orçamentário da União Europeia (EU). Os governos de Guiné-Bissau e a UE também chegaram a um acordo para a retomada do pagamento das compensações de pesca, que haviam sido suspensas após o golpe de 2012. Este acordo permitira ao governo obter € 9.2 milhões. O governo pretende realizar uma mesa redonda em janeiro de 2015 para apresentar aos parceiros seus planos de desenvolvimento.
- e) **Comitê de Isenções:** O governo criou um comitê para identificar, analisar, quantificar e racionalizar o uso de isenções fiscais, que atualmente implicam em custo fiscal bastante elevado para o país dentro de um contexto de falta crônica de recursos.

15. A concentração do auxílio financeiro externo no final do ano pode gerar dificuldades para a gestão do fluxo de caixa em 2014. Embora o volume de recursos financeiros projetados até o fim do ano deva ser suficiente (incluindo o desembolso requerido pelo FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido) para fazer face ao volume previsto de despesas, haverá um descasamento entre os dois fluxos. Dessa forma, a gestão do fluxo de caixa do governo até o fim do ano será feita com muita parcimónia e cautela. Contudo, dependendo das circunstâncias, o governo poderá ser obrigado a recorrer à emissão de títulos do Tesouro de curtíssimo prazo para evitar a acumulação de novos atrasados.

16. O governo vai começar a preparar o seu orçamento 2015 no início de outubro com o objetivo de obter a aprovação parlamentar até o final do ano. Como no caso do orçamento de 2014, o governo estará a esforçar-se em incluir o máximo de receitas e despesas no orçamento, incluindo aquelas que anteriormente não tinham sido incluídas no orçamento. Os gastos em 2015 serão limitados as receitas internas disponíveis, ajuda externa e financiamento concessional para investimentos (sem recorrer ao sector bancário). Tendo em conta das incertezas sobre o impacto das várias medidas relacionados com aumento da receita, o governo vai formular hipóteses conservadoras de receitas para 2015 com a qual ele vai financiar: os gastos sociais necessários (ver limite mínimo para os gastos sociais), pagamento de salários em linha com 2014, a retomada dos investimentos públicos e alguns pagamentos para reduzir o atraso da dívida interna de anos anteriores. O orçamento totalmente financiado permitirá pagamentos pontuais e evitar a repetição de atrasados internos ou externos. Caso as receitas do governo estiverem acima das projeções conservadoras, o governo aumentaria principalmente os investimentos públicos e reduziria ainda mais os atrasados internos.

17. O Programa de Governo para o período 2014–2018, que acaba de ser aprovado no parlamento, tem as seguintes linhas gerais, definidas de maneira a separar as necessidades conjunturais das estruturais:

a) **Programa de Urgência:** engloba ações tempestivas destinadas a lidar com os assuntos emergenciais. Por exemplo:

- Pagamento de salários atrasados: o elevado volume de salários atrasados já foi pago.
- Salvamento do ano escolar: o atraso no pagamento de salários e as greves dos professores colocaram em risco a conclusão do ano escolar. Com o pagamento dos salários atrasados e a retomada das aulas evitou-se a perda de um ano escolar.
- Água e energia: a falta crónica de água tratada e de energia impõe um custo muito alto à população. O governo já tomou medidas para aumentar o fornecimento desses serviços.
- Campanha da castanha de caju: para melhorar o fluxo de caixa, dadas as limitações do Porto de Bissau, as exportações de madeira foram suspensas para aumentar as exportações de castanha de caju.

- Agricultura: o começo tardio e a chuva irregular afetarão a produção agrícola deste ano. O governo pretende, entre outras medidas, distribuir sementes de arroz para incentivar sua produção, de forma a minimizar esse impacto.
- b) **Programa de Contingência:** o governo determinou que todos os contratos assinados pelo Estado, sejam analisados e tornados públicos para aumentar a transparência e credibilidade da gestão pública. Depois da avaliação, medidas estruturais deverão ser tomadas para melhorar a viabilidade operacional e a prestação de serviços públicos, com a adoção de metas e acompanhamento de execução, assim como aumentar a transparência da gestão. Serão avaliados:
- Recursos naturais: avaliação dos contratos de pesquisa e exploração de recursos naturais [e.g. fosfato (Farim), bauxita (Boé) e areia pesada (Varela)].
 - Petróleo: contratos de prospeção e viabilidade.
 - Empresas Públicas: Empresa de energia da Guiné-Bissau, Guiné Tel e Guiné Telecom.
 - Privatização: auditoria das empresas privatizadas.
 - Fundos autónomos: auditoria dos fundos autónomos com participação do Estado (e.g. Funpi, Fundo Rodoviário, Fundo de Turismo, Fundo de Mineração, etc.)
- c) **Programa de Desenvolvimento:** O governo pretende implementar um programa de desenvolvimento centrado em três eixos: infraestrutura, com o intuito de aumentar a produção e a competitividade do país, industrialização, com o objetivo de diversificar a estrutura produtiva da economia, e desenvolvimento urbano, melhorando a o bem estar da população.

Medidas Para Melhorar a Gestão das Finanças Públicas

18. O governo se compromete a minimizar o uso de despesas não tituladas (DNTs). Com a regularização do processo orçamental, o plano de tesouraria pronto e a ajuda de assistência técnica do FMI na gestão das finanças públicas, o governo envidará esforços para limitar a ocorrência de DNTs. Além disso, o comitê de tesouraria de alto nível deverá estabelecer limites quantitativos para o seu uso, podendo esse limite ser ultrapassado somente com a anuência desse comitê.
19. O governo tomará todas as providências para regularizar o mais rapidamente possível os atrasados externos. O governo planeja pagar os atrasados externos junto ao BOAD até o fim do ano, e iniciar o mais rápido possível as negociações para chegar a um acordo com os demais credores externos. Em particular, o governo envidará esforços para reescalonar a sua dívida junto àqueles credores bilaterais cujos acordos estão pendentes desde o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC em inglês): Brasil, Rússia e Portugal. Além disso, embora já tenha havido acordo, a renegociação da dívida com Angola ainda não foi assinada, e o governo pretende fazê-lo o mais rápido possível. O governo também entende que a antiga dívida junto ao banco Franco-Português deve ser tratada como dívida soberana com Portugal e, portanto, sujeitar-

se aos mesmos termos do acordo com os credores do Clube de Paris. Até o final do ano o governo fará esforços para reiniciar as negociações. Finalmente, o governo tentará, mais uma vez, entrar em contato com o governo da Líbia, Paquistão e Taiwan para tentar renegociar sua dívida com aqueles países.

20. O governo se compromete a evitar a acumulação de novos atrasados orçamentários em 2014, e a pagar, o mais rápido possível, o estoque remanescente de 2013. Até o fim do ano o governo pagará os atrasados remanescentes de 2013. Além disso, ele se compromete a não voltar a acumular atrasados em 2014. Caso haja problemas temporários de liquidez por causa do descasamento entre receitas e despesas, o governo recorrerá à emissão de títulos públicos de curtíssimo prazo.

21. O governo se compromete a resolver, em tempo adequado, a questão dos atrasados internos antigos. O volume de atrasados antigos se divide em 3 parcelas. A primeira se refere aos atrasados acumulados entre os anos de 1974 e 1999. A segunda entre os anos 2000 e 2007, e a terceira refere-se ao período 2008–2012 (incluindo garantias concedida pelo Estado). A primeira foi auditada e o governo já pagou parte do montante reconhecido como válido. A segunda também foi auditada, porém o governo entende que ainda restam dúvidas quanto à legitimidade de algumas dívidas e pretende contratar uma auditoria internacional para verificar a situação. A terceira parcela ainda não foi auditada e requer uma auditoria externa para avaliar a situação. Depois que as auditorias forem realizadas o governo formulará uma estratégia para solucionar a situação desses atrasados levando em consideração a situação macroeconômica e os recursos disponíveis.

22. O governo se compromete a buscar apenas empréstimos concessionais. Considerando o orçamento apertado e a grande necessidade de investimentos em diversas áreas, a Guiné-Bissau precisa recorrer a empréstimos para executar seu plano de desenvolvimento. Neste caso, o país deverá recorrer apenas àquelas linhas de crédito concessionais.

Medidas para Aumentar as Receitas Fiscais

23. É urgente aumentar as suas receitas fiscais e aumentar a pressão fiscal. O governo precisa envidar todos os esforços para aumentar a arrecadação fiscal, que se reduziu de maneira significativa desde o golpe de 2012. Algumas medidas ajudarão para incrementar a curto prazo as receitas fiscais, como: i) alargar a base tributaria a traves da implementação de NIFs as estabelecimentos informais principais, ii) fazer cumprir o pagamento de impostos de faltosos crônicos, e iii) reconciliar volumes de comércio de importação/exportação com valores de pagamento de impostos. Além disso, para aumentar a pressão fiscal é necessário realizar reformas estruturais nas áreas de gestão das finanças públicas, gestão da folha de pagamento, administração tributária (DGCI e DGA) e gestão da dívida. A taxa de arrecadação tributária em relação ao PIB da Guiné Bissau é inferior a da maioria de seus vizinhos, e uma das menores do mundo. O aumento de 33 por cento da arrecadação alfandegária em agosto consiste em sinal encorajador. Algumas das medidas e reformas estruturais que estão no foco do governo são:

- a) **Melhorar a Gestão das finanças públicas:** o governo vai formular uma estratégia de médio prazo para modernizar a gestão de finanças públicas, com o apoio técnico do FMI e de parceiros internacionais. Entre outras medidas, destacam-se:
- Aumentar a capacidade de previsão;
 - Acabar de implementar o Sistema Integrado de Gestão da Função Pública (SIGFIP).
- b) **Melhorar a Gestão da dívida:** ampliar o uso do SYGADE e aumentar o nível de formação do pessoal da Direção da Dívida. Outros objetivos são:
- Publicar trimestralmente os níveis de dívida pública, incluindo desembolsos e amortizações, melhorando tanto o controle como a transparência na gestão da dívida.
 - Renegociar e reescalonar a dívida externa e os atrasados com os credores internacionais, formulando um plano para o seu pagamento.
- c) **Melhorar a Gestão da folha de pagamento:** consolidar a reforma da gestão da folha de pagamento através do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos na Administração Financeira (SIGRHAP).
- O módulo financeiro já está em funcionamento e o governo já cadastrou quase todos os funcionários civis, que passaram a receber os seus salários pelo sistema bancário.
 - O governo já recebeu a lista com o nome de todos militares, os quais devem, em breve, ser inseridos paulatinamente no sistema, começando pelos oficiais de ranking mais elevado. E, até o fim do ano, os funcionários do Ministério do Interior devem ser incluídos.
 - O módulo administrativo (recursos humanos) ainda está em construção.
- d) **Melhorar o controle e a eficiência das Alfândegas:** algumas medidas importantes nesse sentido são:
- Melhorar a eficiência operacional do porto de Bissau e outros postos aduaneiros, incluindo Safim.
 - Reduzir drasticamente as isenções fiscais.
 - Pagar com urgência a licença da Oracle, que pode interromper seus serviços a qualquer momento.
 - Tornar operacional a expansão geográfica do SYDONIA++ para São Domingos, Bafatá e Gabú. O contrato com a empresa que será contratada para gerir o sistema deve incluir o fornecimento de energia e internet.

- Até o fim do ano, com a marcação dos combustíveis e a montagem de scanners no porto e nas fronteiras, o controle aumentará.

e) **Tornar eficiente a arrecadação dos Impostos**

- Melhorar a infraestrutura das instalações da DGCI (Direcção Geral das Contribuições e Impostos), inserindo os recursos necessários no Orçamento do Estado.
- Implantar uma política de Recursos Humanos na DGCI, incluindo a criação de uma carreira profissional de auditoria.
- Racionalizar os procedimentos da DGCI (Mapeamento de Processos), de forma a dar segurança e agilidade aos contribuintes.
- Implantar um novo Sistema de Informático na DGCI, incluindo a rede de comunicação entre a sede e os bairros fiscais/repartições regionais.
- Incrementar rapidamente o controle e a fiscalização às grandes e médias empresas.

Outras Medidas

24. O governo, com o apoio do FMI, está em busca de uma solução para o volume elevado de créditos mal parados na economia. Dois dos quatro bancos comerciais da Guiné-Bissau possuem taxas de créditos mal parados acima dos limites regulatórios. Apesar das dificuldades, o volume de crédito na economia continuou a crescer na primeira metade de 2014. O governo está buscando alternativas para solucionar esse problema e tomar medidas para evitar futuras dificuldades financeiras, e espera para breve uma visita de assistência técnica do Departamento Monetário e de Mercado de Capitais do FMI para ajudá-lo a encontrar uma solução satisfatória para esse problema até o final do ano.

25. O governo realizará amplo estudo para identificar todas as isenções fiscais vigentes no país, torná-las transparentes ao público e avaliar o seu real custo para o País. O governo pretende, o mais rápido possível, identificar e mensurar todas as isenções fiscais vigentes e dar-lhes publicidade através de sua publicação no orçamento, aumentando a transparência e prestando contas à sociedade. Além disso, pretende verificar se elas têm alcançado seus objetivos, em especial aquelas destinadas a beneficiar a parcela mais pobre da população. Ou seja, além do seu custo financeiro, claro e o objetivo, pretende-se avaliar, sobretudo, seus custos económicos e sua equidade social.

26. O governo pretende aumentar a eficiência de suas empresas públicas de água e energia, que não têm conseguido fornecer serviços de qualidade à população. O governo pretende acabar, o mais rápido possível, com as interrupções constantes e racionamento no fornecimento de água tratada e energia elétrica. O primeiro passo nesta direção exige que essas empresas sejam operacionalmente viáveis e capazes de autofinanciar seu crescimento no longo prazo através de volume adequado de investimento. Nesse sentido, o governo envidará esforços para encontrar estratégias abrangentes que permitam solucionar a falta de água e energia. Estas estratégias devem incluir não só melhoras

na gestão e na eficiência operacional, mais também combater o desperdício. Isso poderá implicar o realinhamento de tarifas para níveis compatíveis com custo de manutenção e amortização dos investimentos.

27. O governo entende que a reforma do setor de segurança é condição *sine qua non* para a estabilidade política e económica da Guiné-Bissau. Sem estabilidade política não se alcança estabilidade económica nem prosperidade. O governo pretende enfrentar com determinação a necessidade de reformar o setor de segurança, que tem sido um agente de instabilidade. O passo inicial já foi dado com a mudança de comando no Estado-Maior General das Forças Armadas. Na segunda fase, pretende-se equacionar a necessidade de financiamento da reforma, buscando colmatar as atuais necessidades de financiamento junto a parceiros internacionais, para que o fundo de pensão e o pagamento das gratificações sejam totalmente financiados por doadores.

28. A melhoria no ambiente de negócios é uma das prioridades do governo. O novo governo vê no setor privado um parceiro-chave na trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau. Para isso considera que medidas essenciais para melhorar o ambiente de negócio passam não apenas pela diminuição do custo em se fazer negócios, mas, sobretudo, em promover um ambiente estável e previsível no qual a palavra da lei tenha valor e os principais atores económicos enfrentem as mesmas regras do jogo. A melhoria do ambiente de negócios contribui para se atingirem outros objetivos importantes.

29. O governo pretende fomentar o setor da castanha de caju. Reconhecendo o impacto negativo sobre o volume contrabandeado de castanha de caju, a perda de receitas fiscais, e seu efeito perverso sobre a pobreza, o governo está considerando estratégias alternativas ao FUNPI, que sejam mais eficazes e socialmente mais justas. Nesse aspeto o FMI defende a sua eliminação imediata com o objetivo de estimular o setor, incrementar as receitas do estado e reduzir a pobreza. Além disso, o governo decidiu fazer uma auditoria externa no FUNPI, desde a sua criação, em 2011, com o objetivo de avaliar o seu funcionamento, eficácia e uso apropriado de recursos.

30. É essencial aumentar os gastos com investimento em infraestrutura sem comprometer a sustentabilidade da dívida pública. A Guiné-Bissau é um país carente de investimentos em diversas áreas, em especial nas áreas de infraestrutura, educação e saúde. É preciso conciliar o plano de investimento de médio prazo do governo com uma estratégia de gestão da dívida que preserve a sustentabilidade da dívida pública. Para isso, é preciso que o acesso do setor público aos financiamentos externos seja limitado apenas aos empréstimos concedidos sob taxas de juros concessionais. Caso isso não seja possível, o estafe do FMI e do Banco Mundial deve ser consultado antes que o país obtenha empréstimos em condições menos favoráveis.

31. O governo está preparado caso o Ébola chegue ao país. Apesar de a Guiné-Bissau continuar incólume ao vírus, alguns dos seus vizinhos tem registrado casos da doença. Portanto, o país precisa estar preparado na eventualidade deste risco se materializar. O governo já elaborou um programa de contingência no valor estimado de U\$5 milhões com a ajuda da Organização Mundial de Saúde. Além disso, o Banco Mundial já disponibilizou U\$ 500 mil para medidas emergenciais. Por exemplo, como o país importa volumes elevados de arroz, quaisquer interrupções no seu fornecimento

causaria subida indesejável da inflação. Dessa forma, por precaução, o governo está fazendo estoque precaucionário de arroz.

32. Além de buscar uma solução para os problemas bancários atuais, o governo pretende promover, de forma responsável, a bancarização da economia. Dado que apenas uma pequena parcela da população tem acesso a serviços bancários e que o recente desenvolvimento do setor financeiro tem sido excessivamente concentrado no setor do caju, o governo pretende adotar medidas que aumentem o acesso ao sistema bancário e financeiro em geral. Com esse intuito, o governo reconhece que reformas nas áreas de infraestrutura, de educação, no sistema judicial, a estabilidade institucional, bem como medidas mais específicas para melhorar a legislação para a recuperação de crédito, criar um sistema de referência de crédito, e fortalecer os pagamentos e de liquidação são essenciais para o aprofundamento financeiro. Também o governo pretende solicitar assistência financeira e técnica junto aos doadores, para a implementação do Plano Diretor das Microfinanças, que foi aprovado em Abril de 2014.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Metas Indicativas¹

	Fim Dez 2014	Fim Março 2015	Fim Junho 2015
	Prog.	Prog.	Prog.
1. Acumulação dos depósitos de Tesouraria no BCEAO	3.000	0	0
2. Mínimo das receitas internas	41.000	8.750	14.750
3. Novos atrasados internos	0	0	0
4. Créditos externos públicos não concessionais	0	0	0
5. Novos pagamentos em atraso externos	0	0	0
6. Saldo primário interno (base de compromissos)	-19.400	-8.000	-8.200
7. Gastos sociais	12.200	3.200	7.407

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Acumulado a partir de 1 de Janeiro. A definição dos agregados e ajustadores encontra-se no Memorando Técnico de Entendimento.

Quadro 2. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais¹

Medidas	Datas-limite propostas
<u>Ação prévia</u>	
Adotar e publicar um orçamento prudente para 2014, baseado em estimativas conservadoras da receita fiscal e donativos financeiros sem défice de financiamento	
<u>Indicadores de referência estruturais</u>	
Criar um comité de tesouraria de alto nível para intensificar os controlos fiscais e reduzir a percepção dos riscos fiduciários por parte dos doadores	Fim de outubro de 2014
Realizar uma auditoria abrangente das atividades passadas do FUNPI	Fim de março de 2015
Racionalizar as isenções fiscais sobre a importação de combustíveis	Fim de março de 2015
Expandir o sistema SYDONIA++ ao posto fronteiriço de Safim	Fim de dezembro de 2014

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

^{1/} A RCF não possui quaisquer condicionalidades *ex post*. Os indicadores de referência refletem as reformas estruturais pretendidas pelas autoridades.

Anexo II — Memorando Técnico de Entendimento

1. Este memorando técnico de entendimento (MTE) define as variáveis usadas para estabelecer as metas indicativas para 2014 e 2015, como elas são calculadas, e quaisquer ajustes que possam se fazer necessários. A menos que seja indicado de outra maneira, variáveis de fluxo são medidas pela acumulação de seus valores desde o início de 2014 e 2015 respetivamente.

A. Ausência de Novos Atrasados Internos.

2. Atrasados internos são definidos como as contas a pagar acumuladas (*rest-à-payer*) durante o ano ainda não saldadas até um mês depois do trimestre para ordenados e salários (incluindo pensões), e até três meses depois para bens e serviços e transferências, avaliado no final de Dezembro 2014, final de Março 2015 e final de Junho 2015.

B. Limite Máximo de Atrasados Externos.

3. Os atrasados externos são definidos como pagamentos externos vencidos mas não pagos (i.e., pagamentos de principal e juros) na data do vencimento. Caso o credor tenha concedido um prazo de carência após a data de vencimento contratual, o pagamento externo será considerado em atraso após o encerramento do prazo de carência. No âmbito do programa, o governo se compromete a não acumular atrasados sobre a sua dívida externa, com exceção daqueles decorrentes da dívida que está em processo de renegociação com os credores, inclusive credores bilaterais fora do Clube de Paris. Este objetivo quantitativo será monitorizado continuamente.

C. Ausência de Empréstimos Externos não Concessionais.

4. Uma dívida é considerada concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35 por cento;¹ o elemento de donativo é a diferença entre o valor atualizado (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando-se o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida.² As taxas de desconto aplicadas para este efeito são as taxas de juro comerciais de referência para a moeda específica (CIRR), publicadas pela OCDE.³ Para dívidas com um prazo de vencimento de pelo menos 15 anos, aplica-se a média CIRR a dez anos para calcular o VA da dívida e, assim, o seu elemento de donativo. Para dívidas com um prazo de vencimento inferior a 15 anos, aplica-se a média CIRR a seis meses. As margens para diferentes períodos de amortização (0,75 por

¹ A página do FMI na Internet contém uma ligação para uma ferramenta que permite o cálculo do elemento de donativo de uma vasta gama de pacotes de financiamento: <http://www.imf.org/external/np/pdr/conc/calculator>.

² O cálculo da concessionalidade leva em conta todos os aspetos do acordo de dívida, nomeadamente: vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas.

³ Para as dívidas em moedas estrangeiras para as quais não há uma CIRR calculada pela OCDE, o elemento de donativo deve-se basear na CIRR composta (média ponderada) das moedas no cabaz do DSE.

cento para períodos de amortização inferiores a 15 anos, 1 por cento para 15 a 19 anos, 1,15 por cento para 20 a 29 anos, e 1,25 por cento para 30 ou mais anos) são acrescentadas às médias CIRR a dez anos e seis meses.

D. Limite Máximo para o Deficit Primário Interno (Base de Compromisso).

5. É calculado como a diferença entre a receita pública e as despesas primárias internas na base de compromissos. A receita pública inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa interna primária consiste na despesa corrente somada às despesas de investimento com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros.

6. Os compromissos do Governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério da Economia e Finanças; a despesa automática (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

E. Limite Mínimo para a Receita Fiscal.

7. As receitas fiscais incluem impostos diretos e impostos indiretos, assim como a recuperação de atrasados fiscais e esforços adicionais de arrecadação.

F. Limite Máximo de Despesas Não Tituladas.

8. São definidas como qualquer pagamento do Tesouro sem classificação nas tabelas de despesas apresentadas pela Direção Geral do Orçamento.

G. Limite Mínimo para os Gastos Sociais e Prioritários.

9. Entende-se como o total da despesa corrente nos sectores da Educação e Saúde.



GUINÉ-BISSAU

PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE CRÉDITO RÁPIDO— ANEXO INFORMATIVO

20 de outubro de 2014

Elaborado pelo

Departamento Africano
(Em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	8
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	10

RELAÇÕES COM O FMI

(em 3 de outubro de 2014)

Situação do Membro

Admissão: 24 de Março de 1977; Artigo VIII

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DES	% da Cota
Cota	14,20	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	13,96	98,31
Posição na tranche de reservas	0,32	2,26

Departamento de DES:	Milhões de DES	% Alocação
Alocação acumulada líquida	13,60	100,00
Haveres	12,39	91,02

Saldo de Compras e Empréstimos:	Milhões de DES	% da Cota
Acordos ECF	7,24	51,00

Acordos Financeiros mais Recentes:

Tipo	Data do acordo	Data do vencimento	Montante aprovado (Milhões de DES)	Montante sacado (Milhões de DES)
ECF	07/05/2010	06/05/2013	22,37	15,12
ECF ^{1/}	15/12/2000	14/12/2003	14,20	5,08
ECF ^{1/}	18/01/1995	24/07/1998	10,50	10,50

Projeção dos Pagamentos ao FMI ^{2/}

(Milhões de DES; com base no uso presente de recursos e haveres correntes em DES):

	<u>Próximos</u>				
	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Capital			0,72	1,45	1,45
Comissões/juros	0,00	0,02	0,02	0,02	0,01
Total	0,00	0,02	0,74	1,46	1,46

^{1/} Antigo PRGF.

^{2/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta seção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
I. Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dez. de 2000
Assistência acordada por todos os credores (milhões de USD) ^{3/}	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DES)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dez. de 2010
II. Desembolso da assistência do FMI (milhões de DES)	
Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência provisória	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros ^{4/}	0,23
Total dos desembolsos	9,43

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

I. Dívida elegível à MDRI (milhões de DES) ^{5/}	0,51
Financiada por: Fundo MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51
II. Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DES)	

Dívida Elegível

Data de Entrega	GRA	PRGT	Total
Dezembro de 2010	N. A.	0,51	0,51

^{3/} A assistência acordada ao abrigo do arcabouço original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência acordada ao abrigo do arcabouço reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

^{4/} No âmbito do arcabouço reforçado, é efetuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante acordado no ponto de decisão mas não desembolsado no período provisória.

^{5/} A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros elegíveis que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do estoque da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR): Não se aplica

Avaliação das Salvaguardas:

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum dos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação das salvaguardas do BCEAO foi concluída em 1 de março de 2010. A avaliação de 2010 constatou que o BCEAO continua a manter controlos ao nível operacional. O quadro geral de governança precisava, contudo, ser fortalecido pela criação de um Conselho Fiscal, para garantir que o Conselho de Administração exerça a vigilância necessária sobre a estrutura de controlo, incluindo os mecanismos de auditoria e demonstrações financeiras. Tal conselho foi criado após a conclusão da avaliação que se seguiu à reforma institucional da UEMOA e do BCEAO. Também devem ser envidados esforços visando a adoção plena das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros. Uma atualização da avaliação foi iniciada em fevereiro de 2013.

Sistema de Câmbio e Arranjo de Taxa de Câmbio

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, com data efetiva de 1 de Janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997, e não tem moeda de curso legal distinta. O regime cambial comum a todos os membros da união é isento de práticas monetárias múltiplas e restrições cambiais sobre os pagamentos e transferências para transações internacionais correntes. Desde 1 de janeiro de 1999, o franco CFA está indexado ao euro a taxa fixa de € 1 = FCFA 655,957. Em 30 de Abril de 2013, a taxa do franco CFA em termos de DES era de FCFA 757,217 = DES 1. Em 1 de Janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA passou a ser reclassificado da categoria arranjo cambial sem outra moeda de curso legal para a categoria convencional regime cambial vinculado. A nova classificação baseia-se no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior baseava-se na ausência de outra moeda de curso legal. Dessa forma, a nova classificação reflete apenas uma mudança de definição e não se baseia numa opinião de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou em outras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

Consultas ao abrigo do Artigo IV

A Guiné-Bissau segue o ciclo de consultas de 24 meses. As últimas discussões nos termos de consulta do Artigo IV foram realizadas em Bissau, no período de 29 de abril a 10 de maio de 2013. O relatório do corpo técnico (SM/13/141) foi discutido pelo Conselho de Administração em 5 de junho de 2013.

Assistência Técnica (2008–14)

Departamento	Tipo de Assistência	Data da prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Junho de 2008	Estatísticas da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2008	Estatísticas de finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2008	Estatísticas multissetoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2008	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maior de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo	Junho de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2009	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro de 2009	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2010	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2010	Estatísticas de finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maior de 2010	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2010	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2010	Receitas fiscais e administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2010	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2011	Estatísticas de finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de	Março de 2011	Estatísticas de finanças públicas

Departamento	Tipo de Assistência	Data da prestação	Objeto
	curto prazo		
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2011	Estatísticas de finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2011	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Modernização da DGCI
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2011	Estatísticas do setor real, contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro de 2012	Gestão financeira pública, contabilidade
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro de 2012	Gestão financeira pública
FAD	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2012	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro de 2013	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Abril de 2013	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2013	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2013	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro de 2013	Estatísticas de finanças públicas

Departamento	Tipo de Assistência	Data da prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2014	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2014	Administração aduaneira
FAD	Corpo técnico	Setembro de 2014	Gestão financeira pública
FAD	Perito em missão de curto prazo	Setembro de 2014	Gestão da receita

Representante Residente

O Representante Residente do Senegal também cobriu a Guiné-Bissau entre Setembro de 1997 e Julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em Junho de 2011 e o Sr. Torrez assumiu o cargo.

Tabela 1: Guiné-Bissau – Acordos com o FMI, 1984–2013			
Acordo	Data da aprovação	Montante aprovado	Observações
Compra na primeira tranche de crédito	27 de agosto de 1984	DES 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural (SAF)	14 de outubro de 1987	DES 5,25 milhões	Segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAF)	18 de janeiro de 1995	DES 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DES 1,05 milhão (10% da Cota).
Assistência de Emergência Pós-Conflito	14 de setembro de 1999	DES 2,13 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	7 de janeiro de 2000	DES 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de dezembro de 2000	DES 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência de Emergência Pós-Conflito	10 de janeiro de 2008	DES 1,77 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	20 de maio de 2009	DES 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Ampliado	7 de maio de 2010	DES 22,365 milhões	O acordo expirou em 6 de maio de 2013.

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

1. O engajamento recente com o Grupo Banco Mundial (GBM) pode ser dividido em três fases. Elas abrangem tanto a IDA 16 como a IDA 17. Durante a primeira fase, o GBM continuou a atuar na Guiné-Bissau a despeito do golpe militar de 2012. A segunda fase envolveu o aumento do programa do GBM por meio de um programa de emergência em apoio à transição do país de volta à democracia. Na terceira fase, descreveu-se um envolvimento de mais longo prazo. O GBM está a elaborar uma nota de estratégia provisória (ISN) para o exercício 2015. A fim de aumentar o montante de recursos para financiamento, o GBM também está a estudar a possibilidade de prover recursos adicionais por meio da chamada *Turn-Around Facility*, que se destina a apoiar Estados frágeis em processo de transição. Os montantes desta facilidade ainda serão definidos.

2. O total comprometido alcança atualmente US\$ 81,3 milhões, dos quais US\$ 46,5 milhões ainda não foram desembolsados. Isso abrange cinco operações nacionais da IDA (US\$ 67,5 milhões), uma operação regional da IDA no setor das pescas (US\$ 6 milhões) e as operações apoiadas por fundos fiduciários (US\$ 7,7 milhões). No exercício 2014, o programa foi ampliado com a adição de três operações de emergência (setor de água e energia, setor do caju e pagamentos dos salários dos professores e profissionais de saúde), cuja execução alcançou US\$ 45 milhões, um valor sem precedentes. Na carteira do GBM, predominam atividades nas áreas de proteção social (31%), energia e indústrias extrativas (22%), água (27%), meio ambiente e pescas (10%) e comércio e competitividade (10%).

	Projeto	Porcentagem desembolsada
	Operações nacionais da IDA	
	Projeto de desenvolvimento rural voltado para as comunidades	95,16%
1	Projeto de desenvolvimento rural voltado para as comunidades	53,07%
2	Projeto de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau	59,44%
	Projeto de emergência para reabilitação do abastecimento de eletricidade e água na Guiné-Bissau	92,47%
3	Projeto de emergência para reabilitação do abastecimento de eletricidade e água na Guiné-Bissau	100,00%
4	Projeto de emergência para melhoria dos serviços de água e eletricidade	0,00%
5	Reabilitação do setor privado; desenvolvimento do agronegócio	0,00%
	Operações regionais da IDA	
1	Segundo APL (APL-B1) África Ocidental. Programa regional para as pescas (Guiné-Bissau)	17,01%
	Fundos fiduciários	
1	Projeto de desenvolvimento rural participativo	90,63%
2	Assistência técnica para setores das indústrias extrativas na Guiné-Bissau	0,00%

Operações de apoio ao orçamento

1. O GBM interrompeu o fornecimento de apoio orçamentário devido ao golpe militar de 2012. Para os exercícios 2014 e 2015, não estão previstas novas operações de apoio ao orçamento e, no seu lugar, o GBM vai concentrar-se no financiamento de projetos específicos. O apoio ao orçamento no futuro dependerá, acima de tudo, dos avanços em termos de salvaguardas fiduciárias e da agenda de gestão financeira pública.

Programa de empréstimos

2. Atualmente, o GBM está a finalizar a sua nota de estratégia provisória, na medida em que a formulação de uma nova estratégia de assistência ao país (CAS) completa foi interrompida pelo golpe de 2012. A relação preliminar de projetos em tramitação no âmbito da nova nota provisória está virada para o duplo objetivo de construção institucional e apoio à recuperação económica, passando pelo apoio aos setores produtivos (como a agricultura) e aos setores que abrirão caminho para esta recuperação (como o de água e energia). Os projetos previstos concentram-se em assistência técnica nas áreas do setor público/GFP, reabilitação da agricultura, apoio ao setor de água e energia (passando pelo projeto energético regional da OMVG) e redes de segurança social.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

1. Até outubro de 2014, o BAfD havia aprovado 49 operações para a Guiné-Bissau, excluídos os projetos multinacionais. Estas operações abrangem trinta e três projetos, três estudos e oito operações de apoio institucional, quatro operações de assistência de emergência e uma linha de crédito, o que representa um compromisso líquido de UC 368 milhões (cerca de FCFA 271 mil milhões). Dos recursos comprometidos, 29,7% se referem ao setor social, 29,2% às infraestruturas, 21,3% a setores múltiplos e 17,5% à agricultura. Até outubro de 2013, a carteira ativa incluía cinco projetos em curso, perfazendo um total líquido de UC 22,28 milhões, e desembolsos no montante de UC 6,39 milhões.

Programa de empréstimos

2. No período entre Janeiro de 2008 e outubro de 2013, o BAfD aprovou o perdão provisório de dívida HIPC (USD\$ 17,48 milhões), um donativo ao abrigo da facilidade para Estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao setor das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao setor da saúde (UC 6 milhões), dois donativos de emergência para combate à cólera (UC 0,33 milhões e UC 0,67 milhões), um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 7,86 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões).

Programas sem envolver empréstimos

- 3. Atualmente, o BAfD está a elaborar o seu Documento de Estratégia Nacional (CSP) para o período 2014–2018, juntamente com uma avaliação do desempenho da carteira do país.** A afetação de recursos do BAfD para a Guiné-Bissau monta a UC 28,3 milhões para o período 2014–2017 e está coberta pela décima terceira recomposição do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD). Estão excluídos destes recursos os fundos que podem ser mobilizados pelo cabaz de recursos regionais do BAfD e por diversos fundos fiduciários. Em Março de 2011, um documento de estratégia de integração regional para a África Ocidental referente ao período 2011-2015 foi lançado e, no momento, está a passar por uma revisão a meio de período. Em Março de 2013, foram divulgadas a avaliação do desempenho nacional (CPA), a classificação da governança nacional (CGR) e a avaliação das políticas e instituições nacionais (CPIA) relativas a toda a África, incluindo a Guiné-Bissau.
- 4. Vários novos estudos foram lançados pelo BAfD:** Um perfil do género na Guiné-Bissau está a ser feito concomitantemente a um estudo sobre os transportes e a integração regional e uma avaliação abrangente dos estrangulamentos nas infraestruturas que afetam o setor da agricultura.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

GUINÉ-BISSAU — APÉNDICE SOBRE QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Em 17 de outubro de 2014

Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão

Geral: Os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão. As deficiências são mais graves no que respeita às contas nacionais e às estatísticas do setor externo. Apesar da capacidade limitada e das práticas obsoletas, as autoridades têm vindo a melhorar a compilação de dados nos últimos anos, com a assistência técnica de instituições internacionais e regionais.

Contas nacionais: Durante os últimos anos, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) recebeu várias missões de assistência técnica do AFRITAC Ocidental sobre as estatísticas do setor real, especialmente sobre as contas nacionais. Isto resultou na melhoria da compilação dos números do PIB. Contudo, a indisponibilidade e/ou a dificuldade na recolha de dados básicos ainda continua a ser uma questão a ser enfrentada. O INE publicou recentemente estimativas revisadas do PIB a preços correntes e constantes (2003) para 2010–2012, com base no Sistema de Contas Nacionais 1993. A nova série fornece uma cobertura mais abrangente de todos os setores da economia. O INE pretende adotar o SCN 2008 até 2015, juntamente com a compilação de um novo ano base.

Estatísticas de preços: O IPC harmonizado está a ser compilado desde julho de 2002, com base na mesma metodologia utilizada por outros países da UEMOA. Este índice foi atualizado em 2010 (novo ano base 2008-2009, melhorias nas técnicas de compilação, cobertura alargada de produtos e aumento do número de pontos de venda), mas a sua cobertura ainda abrange apenas a capital, Bissau.

Estatísticas de finanças públicas: Desde 2007, a TOFE mensal é compilada regularmente e utilizada como uma ferramenta básica para a monitorização do programa com o FMI. Em março de 2010, uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) do AFRITAC Ocidental prestou assistência técnica às autoridades na compilação e difusão de EFP e na implementação de planos de ação destinados a melhorar a difusão desses dados ao público. O programa de trabalho do AFRITAC Ocidental prevê uma missão de assistência técnica na área de estatísticas de finanças públicas, a ser realizada em novembro de 2014.

Estatísticas monetárias e financeiras: São compiladas e disseminadas pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). Apesar de melhorias recentes, as estatísticas monetárias continuam a apresentar deficiências. Destacam-se as inconsistências nos dados de base e a falta da setorização apropriada da economia interna para garantir a plena adesão do BCEAO à metodologia do Manual das Estatísticas Monetárias e Financeiras. As missões do STA em 2011, 2013 e 2014 à sede do BCEAO em Dakar, Senegal, fizeram uma série de recomendações para resolver essas deficiências. As missões também ajudaram os funcionários do BCEAO a elaborar formulários standard de reporte (SRFs) para as contas do banco central e deram início ao trabalho no SRF para o reporte dos dados das outras sociedades de depósitos.

Supervisão do setor financeiro: O BCEAO aceitou o convite do STA para começar a reportar regularmente os ISFs dos seus países membros para fins de divulgação no website do FMI.

Estatísticas do setor externo: A Guiné-Bissau transmite os dados sobre o comércio internacional ao Departamento de África (AFR) do FMI para fins operacionais, utilizando informações das alfândegas. Os dados sobre a balança de pagamentos continuam fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre os dados sobre os ativos externos líquidos divulgados pelo BCEAO e outros indicadores económicos. O grande número de pequenos operadores, um setor informal de grandes proporções e debilidades institucionais (pouco mais de 20% das empresas apresentam declarações de impostos) entravam a recolha de dados. Embora o Ministério das Finanças não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e stocks são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO.

Normas e Qualidade dos Dados	
A Guiné-Bissau participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) desde novembro de 2001. O país precisa atualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.	Não há dados disponíveis do ROSC.
Prestação de Informação ao STA	
No momento, não são informados dados mensais, trimestrais ou anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação <i>International Financial Statistics (IFS)</i> ou no anuário <i>Government Finance Statistics Yearbook</i> . Dados mensais sobre as estatísticas monetárias da Guiné-Bissau são divulgados regularmente para publicação em IFS, com algum atraso. O país informa também as estatísticas da balança de pagamentos e da posição do investimento internacional ao STA numa base anual, com um desfasamento considerável. Os dados mais recentes respeitam a 2010.	

Guiné-Bissau: Indicadores Mais Comuns Exigidos para Efeitos de Supervisão

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência do reporte ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio	Corrente	Corrente	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	Março 2013	Abril 2013	M	M	M
Reserva/base monetária	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Massa monetária	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Balanço do banco central	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Março 2013	Abr. 2013	M	M	M
Taxas de juros ²	Abril 2013	Mai 2013	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Março 2013	Mai 2013	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Março 2013	Março 2013	M	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Março 2013	Março 2013	M	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2011	Abril 2013	A	I	I
Saldo da conta corrente externa	Fev. 2013	Abril 2013	A	I	I
Exportações e importações de bens e serviços	Fev. 2013	Abril 2013	A	I	I
PIB	2012	Abril 2013	A	I	I
Dívida externa bruta	2012	Abril 2013	A	I	I
Posição de investimento internacional ⁶	2010	Jan. 2012	A	I	I

¹ Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



GUINÉ-BISSAU

PEDIDO DE DESEMBOLSO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE CRÉDITO RÁPIDO— ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA: ATUALIZAÇÃO

20 de outubro de 2014

Aprovado por
Roger Nord e Peter Allum
(FMI)

Elaborado pelo corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI).^{1,2}

A Guiné-Bissau continua em risco moderado de sobre-endividamento. Os indicadores de dívida externa e pública do país melhoraram consideravelmente depois das iniciativas HIPC e MDRI e permanecem abaixo dos limiares indicativos ao longo do período de projeção. No entanto, há melhorias em relação à avaliação do ano passado,³ pois somente um indicador do peso da dívida (no cenário mais extremo) ultrapassa a referência associada. Existe uma ruptura grande e prolongada do limiar do valor atual do rácio dívida-exportações em um cenário de choque das exportações. As melhorias devem-se a revisões do estoque da dívida e do PIB, à reclassificação da dívida do BOAD de dívida externa para interna e à exclusão das dívidas em atraso técnico. Apesar de perspectivas melhores, a dívida pública interna aumentou acentuadamente nos últimos anos, reforçando a necessidade de adoção de políticas prudentes de gestão financeira e da dívida, da implementação de reformas estruturais, como a diversificação das exportações e uma maior arrecadação tributária, e de continuar recorrendo a empréstimos em condições concessionais.

¹ A ASD foi elaborada por técnicos do FMI, em consulta com a Unidade de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau e se beneficiou dos comentários do Banco Mundial. O exercício fiscal da Guiné-Bissau decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

² Os limiares de sustentabilidade da dívida são definidos pela pontuação média trianual (2010-12) da Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA); a Guiné-Bissau é classificada como um país com políticas e quadros institucionais de baixa qualidade (pontuação de 2,7).

³ A ASD anterior foi elaborada em junho de 2013. Relatório do FMI n.º 13/197.

CONTEXTO

1. Em geral, as perspectivas para a dívida da Guiné-Bissau melhoraram substancialmente desde que o País se beneficiou de uma redução considerável da dívida, mas uma gestão cuidadosa da dívida continua a ser crucial. A implementação da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC), em dezembro de 2010, e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), em maio de 2011, diminuiu significativamente o rácio entre a dívida externa pública e com garantia pública e o PIB — do valor máximo anterior à redução da dívida de 113% do PIB, no final de 2009, para 28% do PIB⁴ no final de 2013. Todavia, o peso da dívida vem aumentando lentamente nos últimos anos (Tabela de Texto 1). A maior parte da dívida com credores multilaterais e credores oficiais bilaterais foi cancelada, enquanto cerca de metade da dívida remanescente junto aos credores fora do Clube de Paris está a ser objeto de reescalonamento.

Tabela de Texto 1. Guiné-Bissau: Estoque Nominal da Dívida Externa, 2009-13						
	2009	2010	2011	2012	2013	2013
	<i>Percentual do PIB</i>					<i>Percentual da Dívida Total</i>
Total	128.6	46.6	24.4	28.2	28.0	100.0
Credores Multilaterais	63.9	11.5	12.1	14.0	13.9	49.5
<i>dos quais</i>						-13.3
FMI	1.2	0.4	1.0	1.2	1.2	13.3
AID	37.9	4.1	5.2	5.8	5.7	20.5
BAfD	18.5	1.3	1.6	2.0	1.9	6.8
Outros	6.2	5.7	4.4	5.1	5.1	18.1
Credores Bilaterais	64.7	35.1	12.3	14.1	14.1	50.4
Clube de Paris	47.8	18.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Não Clube de Paris	16.9	16.5	12.3	14.1	14.1	50.4
Comercial	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Memorandum:						
Dívidas em Atraso Técnico ¹			8.0	9.2	9.2	32.9

¹ Baseado em evidência preliminar. Inclui dívida de \$48.2 milhões com Taiwan, \$32.8 milhões com Angola, \$3.7 milhões com a Líbia, \$3 milhões com o Paquistão, \$0.3 milhão com Abu Dhabi, e \$0.3 milhão com um banco

Fonte: Autoridades e Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

2. A dívida pública interna aumentou consideravelmente nos últimos anos devido, em parte, ao acesso limitado a financiamentos externos oficiais, bem como à reclassificação dos empréstimos do BOAD que são agora considerados como dívida interna, pois são expressos em moeda nacional. O rácio dívida interna-PIB permaneceu estável em cerca de 35-36% do final de 2009 até o final de 2013. No entanto, ele aumentou recentemente dado que as autoridades começaram a recorrer mais intensamente aos empréstimos do Banco Oeste-Africano de

⁴ Excluindo USD 88,5 milhões de dívida em atrasados técnicos a Taiwan, Angola, Líbia, Paquistão, Abu Dhabi e a um banco comercial encerrado. Os atrasados técnicos decorrem de pagamentos devidos em situações nas quais o credor acordou um reescalonamento da dívida, mas que ainda não ocorreu. O corpo técnico solicitou informação adicional sobre o ponto da situação das renegociações da dívida para definir a classificação desses empréstimos.

Desenvolvimento (BOAD), um banco de desenvolvimento regional, para financiar projetos de investimento público de construção e reabilitação de estradas, produção de arroz e apoio à segurança alimentar. Além disso, o governo colocou CFAF 10 mil milhões e CFAF 15 mil milhões em obrigações do Tesouro em 2013 e em 2014. A dívida ao BOAD, denominada em moeda nacional e, por conseguinte, considerada dívida interna,⁵ aumentou de 1% do PIB em 2009 para cerca de 6% do PIB em 2013. Espera-se que o rácio entre a dívida interna pública e o PIB se situe em cerca de 37% no final de 2014, e que aumente para 47% em 2017, antes de começar a diminuir.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

3. As perspectivas macroeconómicas foram revistas para refletir a diminuição da incerteza macroeconómica e política à medida que a Guiné-Bissau regressa à democracia depois do golpe de 2012. As recentes bem-sucedidas eleições em conjunto com a perspectiva de uma RCF estão já a conduzir a uma retoma do apoio financeiro. Além disso, a estabilidade política irá aumentar também a previsibilidade macroeconómica. Por conseguinte, o cenário de referência presume que a recuperação económica seja impulsionada pela restauração do apoio dos parceiros tradicionais de desenvolvimento e pelo aumento dos níveis de investimento. Em especial, em comparação aos pressupostos da ASD anterior:

Tabela de Texto 2. Guiné-Bissau: Evolução dos Indicadores Macroeconómicos Seleccionados				
	2012	2013	2014	Longo Prazo ¹
<i>Crescimento do PIB Real (percentual)</i>				
ASD Anterior	-1.5	3.5	2.4	4.0
ASD Atual	-2.2	0.3	2.5	4.0
<i>Saldo Fiscal Primário (percentual do PIB)</i>				
ASD Anterior	-2.8	0.8	-0.7	-0.2
ASD Atual	2.1	1.7	-0.4	0.4
<i>Déficit em Conta Corrente Excluindo Juros (percentual do PIB)</i>				
ASD Anterior	6.5	5.5	4.5	2.4
ASD Atual	4.6	4.0	0.3	4.9
<i>Crescimento das Exportações (percentual)</i>				
ASD Anterior	-44.4	23.7	14.7	6.3
ASD Atual	-41.4	5.4	13.2	6.4
Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau; Estimativas do Corpo Técnico do FML				
1 O valor de longo prazo do indicador é dado pela média das projeções para os últimos 15 anos do período de projeção.				

- O cenário de crescimento de médio prazo projeta recuperação forte em relação aos dois anos anteriores muito fracos (crescimento de -2,2% e 0,3%), mantendo-se o crescimento de longo prazo em 4% ao ano, mas com fundamentos económicos subjacentes mais fortes em termos de apoio internacional. Isto pressupõe a implementação de políticas macroeconómicas sólidas, reformas estruturais e a continuação dos esforços para aumentar o investimento público.

⁵ Este tratamento representa uma alteração importante em relação a ASD anteriores da Guiné-Bissau e está em linha com o tratamento aplicado por outros países da UEMOA e pelo Memorando Técnico de Entendimento do acordo mais recente no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).

- O déficit orçamental primário deve melhorar, convergindo para 0,4% do PIB no longo prazo, como reflexo dos esforços das autoridades para aumentar a mobilização de receitas num contexto de acesso limitado ao endividamento.
- O déficit da conta corrente externa líquida de juros deve melhorar no longo prazo como reflexo da revisão para cima do saldo orçamental e do crescimento ligeiramente menor das importações.

4. Os riscos para o cenário de referência estão associados à elevada dependência do país das exportações de caju e do apoio (concessional) estrangeiro, bem como a novos episódios de instabilidade política. Muito dependerá da disponibilidade de financiamento externo em condições concessionais, assim como da capacidade das autoridades em gerir a dívida. No plano externo, uma deterioração da conjuntura poderia resultar em exportações e remessas inferiores ao esperado.⁶ Consequentemente, estes fatores traduzem-se em riscos importantes para baixo para o crescimento, o IDE e a dinâmica da conta corrente.

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos

No médio prazo (2014-19), as projeções são coerentes com o enquadramento macroeconómico ao abrigo de um pedido de acordo do tipo RCF. As projeções de **longo prazo (2020-2034)** pressupõem a estabilidade política duradoura e os ganhos resultantes de estabilidade macroeconómica, por exemplo, níveis maiores de investimento impulsionados pela menor incerteza macroeconómica e pela arrecadação maior de receitas através de instituições mais fortes.

O crescimento do PIB real deve alcançar 2,5% em 2014 após dois anos de crescimento económico fraco (-2,2% em 2012 e 0,3% em 2013). No médio prazo, espera-se que a taxa de crescimento económico aumente para 3,7%, refletindo maior estabilidade macroeconómica e níveis mais altos de fluxos de capital e de investimento devido ao menor risco político. No longo prazo, o crescimento deve se estabilizar em cerca de 4% em consequência de melhores políticas económicas, maiores níveis de investimento, principalmente em infraestruturas, reformas estruturais e os ganhos de eficiência associados.

Projeta-se que a **inflação** (medida pelo IPC) alcance 2,1% no final de 2014, na sequência da subida da renda disponível devido a preços do caju mais elevados, bem como a maior procura, e que convirja para 2,5% no médio prazo, mantendo-se nesse nível no longo prazo.

O déficit orçamental primário deve apresentar um ligeiro aumento, de 1,7% do PIB em 2013 para 1,8% no médio prazo. No longo prazo, tal déficit deve permanecer próximo dos 0,4% do PIB. No curto prazo, a dívida interna pública deve registar um ligeiro aumento, de 35% do PIB em 2013 para 41% do PIB em 2019. No longo prazo, a dívida interna deve diminuir para cerca de 7% como reflexo do compromisso das autoridades em seguir uma estratégia prudente de endividamento e efetuar o pagamento regular da dívida remanescente.

O déficit da conta corrente externa líquida de juros deve apresentar ligeiro aumento, de 4% do PIB em 2013 para 5,7% do PIB em 2019. No longo prazo, o déficit da conta corrente deve estabilizar em cerca de 5% do PIB, como reflexo do melhor desempenho orçamental e das exportações.

O investimento direto estrangeiro líquido deve aumentar no médio e longo prazo, graças à estabilização da situação política, a um ambiente de negócios mais favorável e às melhorias nas infraestruturas.

Os fluxos líquidos de ajuda (donativos oficiais e empréstimos em condições concessionais) devem manter-se em cerca de 7% do PIB no médio prazo e diminuir ligeiramente, mas de forma consistente, até ao final do período de projeção. Presume-se que os empréstimos em condições concessionais sejam concedidos nas condições usuais, ou seja, taxa de juro de 0,75% e maturidades de 40 anos (IDA) e 50 anos (BAfD), com 10 anos de carência. O elemento concessional médio dos novos desembolsos externos deve manter-se em cerca de 50% ao longo do período de projeção.

⁶ A inclusão na análise de remessas, que representam em média 2,8% do PIB nos últimos cinco anos, produz alterações mínimas nos indicadores do peso da dívida.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA

A. Análise da Sustentabilidade da Dívida Externa

5. **Espera-se que no cenário de referência todos os indicadores do peso da dívida permaneçam abaixo dos seus respectivos limiares⁷, mas sob o cenário de choque mais extremo⁸ um deles ultrapassa o limiar por uma margem significativa (Figura 1, Quadros 1 e 2).** No cenário de referência, nenhum indicador do peso da dívida ultrapassa o respectivo limiar ao longo de todo o período de projeção. No entanto, no cenário de choque mais extremo, o VA do rácio dívida-exportações ultrapassa o valor de referência durante um período de tempo prolongado. Os testes de estresse indicam que a economia continua vulnerável a uma queda nas exportações. Neste caso, o VA do rácio dívida-exportações aumentaria de 53% em 2014 para 165% do PIB em 2019, permanecendo acima do limiar durante todo o período de projeção. Em função disso, a Guiné-Bissau continua sendo classificada como um país de risco moderado. Contudo, no cenário de referência, espera-se que as exportações aumentem ligeiramente no longo prazo graças a melhores infraestruturas rodoviárias e a alguma diversificação na produção. Se estes ganhos se materializarem mais cedo ou a diversificação for maior, a dinâmica futura será mais favorável. Por último, vale mencionar que, no cenário de choque mais extremo, todos os indicadores restantes permanecem bem abaixo dos respectivos limiares durante todo o período de projeção.

6. **Na avaliação atual, as perspectivas para a dívida são melhores do que na ASD anterior.** Na ASD anterior, um indicador do peso da dívida ultrapassava o limiar no cenário de referência em comparação a nenhum na ASD atual. Além disso, na ASD anterior, três indicadores do peso da dívida ultrapassavam os respectivos limiares no cenário de choque mais extremo, face a apenas um indicador agora. Estas melhorias devem-se às revisões do estoque da dívida e do PIB, à exclusão das dívidas em atraso técnico, assim como à reclassificação da dívida do BOAD como dívida interna.

B. Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública

7. **Os indicadores do total da dívida pública (externa e interna) devem diminuir gradualmente ao longo do tempo** (Figura 2, Quadros 3 e 4). No cenário de referência, o VA do rácio dívida-PIB deve diminuir acentuadamente de 47% em 2014 para 19% em 2034, após um ligeiro aumento nos próximos três anos devido a grandes projetos de infraestruturas planeados. Projeta-se que o VA do rácio dívida-PIB diminua acentuadamente de 242% para 114%, e o rácio serviço da dívida-receitas deve se estabilizar próximo do valor de 6% esperado para 2014. Todavia,

⁷ Os limiares de sustentabilidade da dívida são definidos pela pontuação média trianual (2010-12) da Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA); a Guiné-Bissau é classificada como um país com políticas e quadros institucionais de baixa qualidade (pontuação de 2,7).

⁸ O choque mais extremo é calibrado como um choque das exportações em 2015-2016 igual à média histórica (2004-2013) do crescimento das exportações menos um desvio-padrão (no mesmo período) ou uma depreciação pontual de 30% da taxa de câmbio nominal.

o rácio VA da dívida-PIB deve se situar acima do respectivo limiar durante metade do período de projeção, apesar da sua melhoria acentuada em relação à ASD do ano passado.⁹

8. Os riscos para o cenário de referência estão associados à elevada dependência do país das exportações de caju, à disponibilidade de financiamento externo em condições concessionais e a novos episódios de instabilidade política. O aumento inicial do VA da dívida deve-se ao grande volume esperado de desembolsos do BOAD no médio prazo. Estes, porém, estão associados a investimentos fundamentais em infraestruturas, os quais deverão, posteriormente, impulsionar o PIB e ajudar a reduzir as vulnerabilidades. Por outro lado, novos episódios de instabilidade política podem conduzir a um menor volume de financiamento e de donativos em condições concessionais, requerendo a emissão adicional de títulos do Tesouro além da elevada emissão de 25 mil milhões em 2013 e 2014. Num caso extremo, até a rolagem dessa dívida não pode ser considerada como garantida. Um ambiente externo mais fraco no médio prazo poderia resultar em exportações e remessas inferiores ao esperado.¹⁰ Esses fatores traduzem-se em riscos negativos para o crescimento, IDE e para a dinâmica da conta corrente. Por último, embora a dívida junto ao BCEAO tenha sido reescalada com sucesso, existe incerteza sobre o montante adicional a ser certificado de atrasados internos antigos, uma vez que o seu volume está em discussão.¹¹

CONCLUSÃO

9. Na opinião do corpo técnico, a Guiné-Bissau enfrenta risco moderado de sobre-endividamento; contudo, a gestão da dívida deve ser melhorada e conduzida com precaução. O risco de sobre-endividamento é considerado moderado, partindo dos pressupostos de recuperação económica gradual a médio prazo, de políticas sólidas e da continuação das reformas estruturais. Todavia, esta avaliação se beneficiou muito das iniciativas HIPC e MDRI, e esforços devem ser envidados para tornar esses ganhos permanentes, principalmente numa situação na qual as dificuldades observadas dos últimos anos de financiamento externo devem melhorar consideravelmente (no cenário de referência). Por conseguinte, as autoridades devem considerar cuidadosamente as oportunidades de endividamento e aceitar apenas financiamento em condições concessionais.

10. Apesar do melhor cenário para a dívida, a dívida interna aumentou substancialmente nos últimos anos. Em parte, em consequência de dificuldades de acesso a financiamento externo, nos últimos anos as autoridades têm recorrido à dívida interna (incluindo o BOAD). Como resultado, a dívida interna relativa ao PIB aumentou de 26% em 2011 para 35% em 2013. Por isso, a melhor

⁹ No entanto, de salientar que não existia nenhum limiar da dívida pública total na ASD anterior. A aplicação deste novo limiar à ASD anterior produziria um resultado similar.

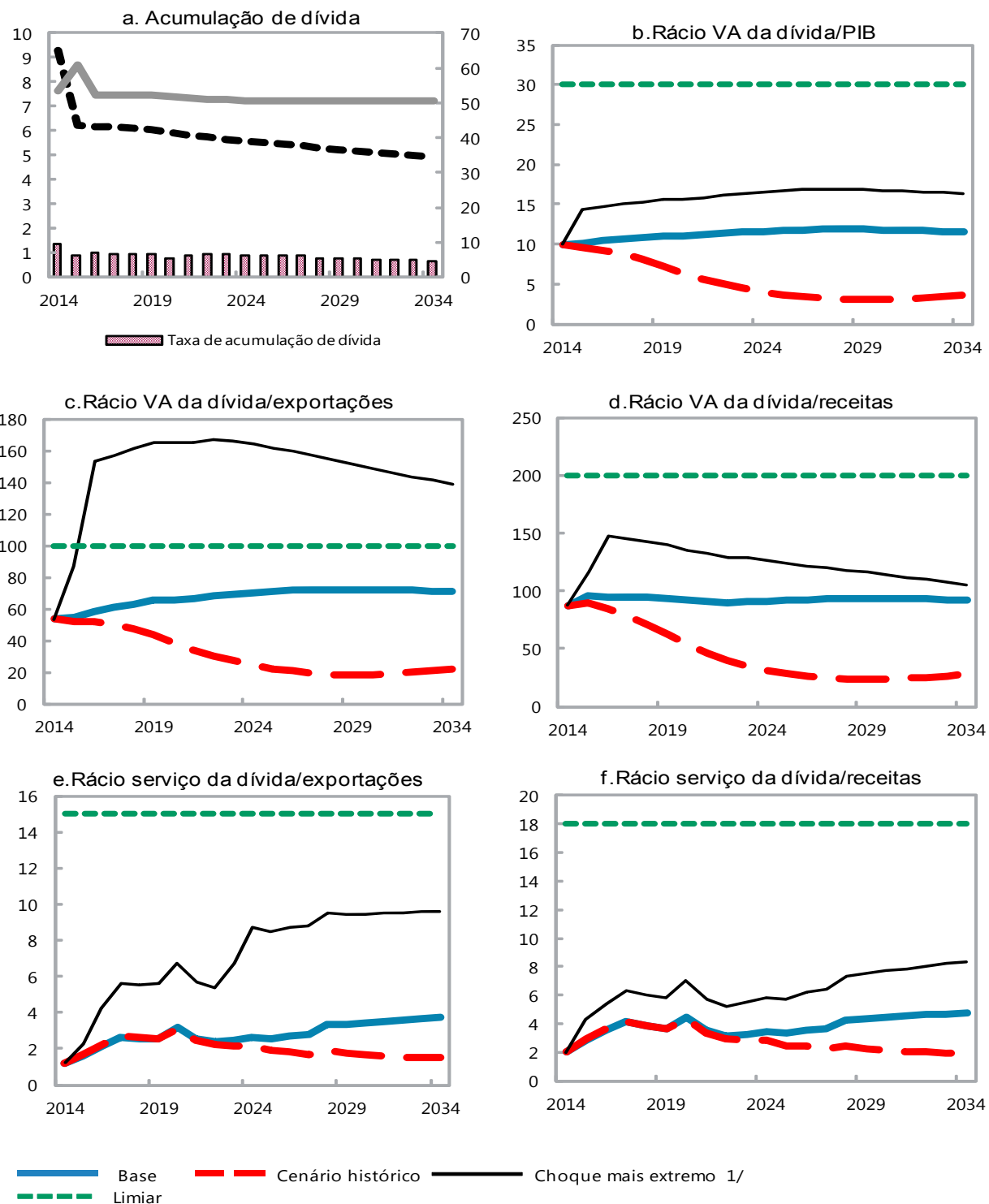
¹⁰ A inclusão na análise das remessas, que representam em média 2,8% do PIB nos últimos cinco anos, produz alterações mínimas nos indicadores da peso da dívida.

¹¹ A ASD inclui os valores de atrasados já auditados e reconhecidos referentes ao período de 1974–1999, bem como CFAF14 mil milhões relativos ao período de 2000–2007. Não foram incluídos os atrasados do período de 2008–2012, que ainda não foram auditados ou reconhecidos.

gestão da dívida e políticas sólidas são fundamentais para o crescimento sustentável. De facto, a inclusão da dívida pública interna na análise de sustentabilidade da dívida confirma a vulnerabilidade da posição de dívida da Guiné-Bissau, dado que o VA do rácio dívida-PIB ultrapassa o respectivo limiar nos próximos dez anos.

11. As autoridades concordam com as recomendações de políticas e conclusões do corpo técnico. As autoridades concordam que a sustentabilidade da dívida depende fundamentalmente da capacidade de obter financiamento em condições concessionais, das melhorias no crescimento económico potencial, de políticas macroeconómicas sólidas e da prudência na gestão da dívida.

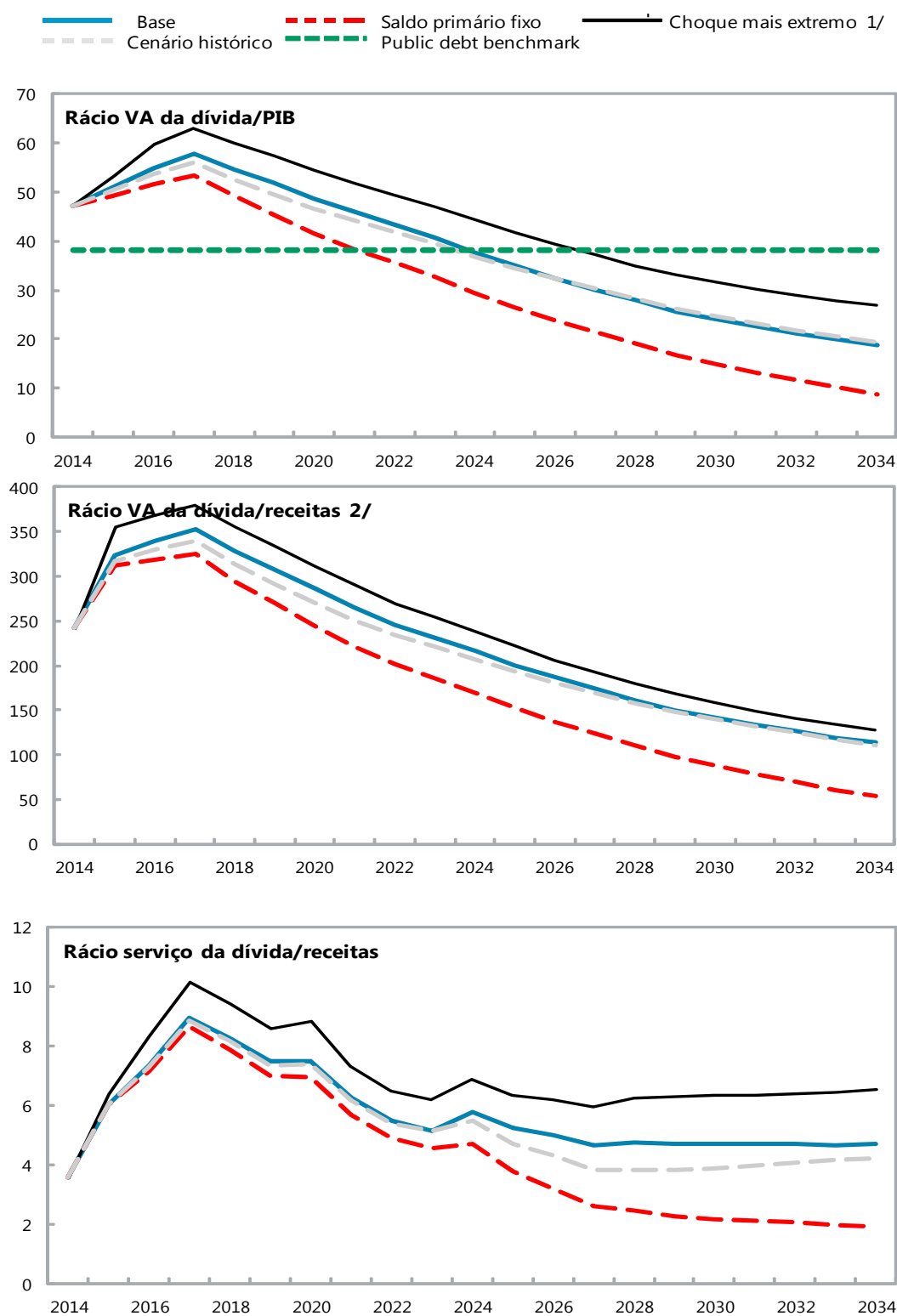
Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2014-2034 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2024. Em (b) corresponde a um choque Depreciação pontual; em (c) a um choque Exportações; em (d) a um choque Exportações; em (e) a um choque Exportações e em (f) a um choque Depreciação pontual.

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2014-2034 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.
 1/ O teste de estresse mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2023.
 2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2011-2034 1/

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média ^{6/} histórica	Desvio ^{6/} padrão	Projeções							2020-2034 Média
	2011	2012	2013			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014-2019 Média	
Dívida externa (nominal) 1/	17.3	18.6	18.2			19.6	19.7	20.0	20.2	20.3	20.4	20.5	19.5
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	17.3	18.6	18.2			19.6	19.7	20.0	20.2	20.3	20.4	20.5	19.5
Variação da dívida externa	4.4	1.2	-0.4			1.4	0.1	0.3	0.2	0.1	0.1	0.0	-0.1
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	-5.0	6.6	2.6			-1.9	1.1	1.4	1.7	2.1	2.5	1.8	0.7
Défi ce da conta corrente, excl. juros	0.2	4.6	4.0	3.0	3.9	0.3	3.8	4.4	4.9	5.4	5.7	5.2	4.4
Défi ce da balança de bens e serviços	5.5	9.5	8.2			10.5	10.5	10.8	11.1	11.4	11.5	10.1	8.0
Exportações	25.3	17.1	17.9			18.7	18.4	17.9	17.5	17.1	16.7	16.6	16.2
Importações	30.8	26.5	26.1			29.2	28.9	28.7	28.6	28.5	28.2	26.7	24.2
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-5.4	-4.9	-4.2	-8.6	3.0	-10.2	-6.7	-6.5	-6.2	-6.0	-5.8	-4.9	-3.6
<i>d/q: oficiais</i>	-3.0	-1.9	-0.8			-6.3	-3.0	-2.9	-2.8	-2.8	-2.7	-2.5	-2.2
Outros fluxos de transacções correntes (negativo = ing. líq.)	0.0	0.1	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
IDE líquido (negativo = ingresso)	-2.2	-0.7	-1.5	-1.9	0.9	-1.9	-2.0	-2.4	-2.6	-2.7	-2.6	-2.7	-2.9
Dinâmica endógena da dívida 2/	-2.9	2.6	0.0			-0.3	-0.6	-0.6	-0.6	-0.6	-0.6	-0.7	-0.7
Contributo da taxa de juro nominal	0.1	0.0	0.1			0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0
Contributo do crescimento do PIB real	-0.9	0.4	-0.1			-0.4	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.8	-0.7
Contributo das variações cambiais e de preços	-2.1	2.2	0.0		
Resíduo (3-4) 3/	9.3	-5.3	-3.0			3.3	-1.1	-1.1	-1.5	-2.0	-2.4	-1.8	-0.9
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	-0.1	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
VA da dívida externa 4/	9.0			10.0	10.1	10.4	10.6	10.8	10.9	11.6	11.5
Em percentagem das exportações	50.4			53.3	54.7	57.9	60.5	62.9	65.4	69.9	71.1
VA da dívida externa PGP	9.0			10.0	10.1	10.4	10.6	10.8	10.9	11.6	11.5
Em percentagem das exportações	50.4			53.3	54.7	57.9	60.5	62.9	65.4	69.9	71.1
Em percentagem da receita pública	104.4			87.7	95.2	94.4	94.4	94.0	93.5	91.2	91.8
Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)	0.7	1.1	2.0			1.2	1.6	2.2	2.6	2.6	2.6	2.6	3.7
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)	0.7	1.1	2.0			1.2	1.6	2.2	2.6	2.6	2.6	2.6	3.7
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)	1.8	2.0	4.1			2.0	2.8	3.5	4.1	3.8	3.6	3.4	4.8
Total da necessidade bruta de financiamento (Billions de USD)	-20.3	39.4	27.8			-14.0	23.2	28.3	35.5	42.0	51.1	58.9	77.3
Défi ce da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	-4.2	3.4	4.4			-1.1	3.7	4.0	4.7	5.3	5.6	5.2	4.5
Principais pressupostos macroeconómicos													
Crescimento do PIB real (em percentagem)	9.0	-2.2	0.3	3.1	2.9	2.5	4.0	3.7	3.7	3.7	3.6	4.0	4.0
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	19.3	-11.2	-0.2	4.6	11.0	5.7	2.0	2.8	3.2	3.1	3.3	2.5	2.5
Taxa de juro efectiva (em percentagem) 5/	0.6	0.1	0.4	0.3	0.3	0.5	0.5	0.5	0.4	0.4	0.3	0.4	0.1
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	84.1	-41.4	5.4	12.8	32.9	13.2	4.3	3.7	4.5	4.5	5.8	6.4	6.1
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	13.6	-25.2	-1.2	10.0	14.7	21.2	4.7	6.1	6.6	6.4	5.7	8.5	5.6
Elemento de donativo do novo endividamento do sector público (%)	53.3	60.7	52.4	52.4	52.4	52.1	53.9	50.5
Receita pública (excl. donativos, em percentagem do PIB)	10.1	9.4	8.7			11.4	10.6	11.0	11.2	11.4	11.7	12.7	12.5
Fluxos de ajuda financeira (em Billions de USD) 7/	82.9	42.2	42.9			94.1	78.1	83.5	87.8	94.0	97.6	124.8	212.7
<i>d/q: Donativos</i>	73.0	23.8	35.9			84.6	57.4	61.2	65.5	70.0	73.7	93.9	154.2
<i>d/q: Empréstimos concessionais</i>	9.9	18.5	7.0			9.4	20.7	22.3	22.2	24.0	23.9	30.9	58.6
Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 8/			9.3	6.2	6.2	6.2	6.1	6.0	5.6	4.9
Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 8/			90.2	90.4	87.4	87.3	87.9	87.6	87.1	85.7
<i>Por memória:</i>													
PIB nominal (Billions de USD)	1104.7	959.4	961.1			1041.8	1105.0	1177.4	1260.1	1346.7	1439.3	1981.3	3754.2
Crescimento do PIB nominal em USD	30.1	-13.2	0.2			8.4	6.1	6.6	7.0	6.9	6.9	7.0	6.6
VA da dívida externa PGP (em Billions de USD)	89.7			102.5	111.5	122.6	133.8	145.3	158.0	230.3	433.0
(VAT-VAT-1)/PIBt-1 (em percentagem)			1.3	0.9	1.0	1.0	0.9	0.9	1.0	0.7
Remessas brutas dos trabalhadores (Billions de USD)	22.3	24.3	28.5			32.6	33.2	33.7	34.3	34.9	35.5	38.6	45.7
PV of PPG external debt (in percent of GDP + remittances)	8.8			9.7	9.8	10.1	10.3	10.5	10.7	11.4	11.4
PV of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	43.3			45.6	47.0	49.9	52.4	54.6	57.0	62.5	66.1
Debt service of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	1.7			1.0	1.4	1.9	2.3	2.2	2.2	2.3	3.4

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Derivado como $[r - g - \rho(1+g)] / (1+g+\rho+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de juro nominal; g = a taxa de crescimento do PIB real e ρ = a taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos activos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projecções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2014-2034
(Em percentagem)

	Projeções							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2024	2034
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	10	10	10	11	11	11	12	11
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	10	10	9	9	8	7	4	4
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	10	11	11	12	13	13	16	18
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	10	10	11	11	12	12	12	12
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	10	12	16	16	16	16	16	13
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	10	11	12	13	13	13	14	14
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	10	11	12	13	13	13	13	12
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	10	12	15	15	15	15	15	14
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	10	14	15	15	15	16	16	16
Rácio VA da dívida/exportações								
Base	53	55	58	61	63	65	70	71
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	53	52	52	50	47	43	24	22
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	53	58	64	69	74	79	94	113
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	53	55	58	61	63	66	70	71
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	53	87	153	157	161	165	164	139
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	53	55	58	61	63	66	70	71
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	53	60	70	72	75	77	80	75
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	53	65	86	88	91	94	96	89
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	53	55	58	61	63	66	70	71
Rácio VA da dívida/receitas								
Base	88	95	94	94	94	93	91	92
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	88	90	84	78	71	62	32	28
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	88	101	104	107	110	112	122	145
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	88	99	102	102	101	101	98	99
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	88	116	147	145	142	139	126	106
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	88	104	113	113	113	112	109	110
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	88	105	114	113	111	110	104	97
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	88	110	133	132	130	129	120	110
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	88	135	134	134	134	133	130	131

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2014-2034 (continuação)

(Em percentagem)

Rácio serviço da dívida/exportações

Base	1	2	2	3	3	3	3	4
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	1	2	2	3	3	3	2	2
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	1	2	2	3	3	4	4	7
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	1	2	2	3	3	3	3	5
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	1	2	4	6	6	6	9	10
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	1	2	2	3	3	3	3	5
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	1	2	2	3	3	3	4	5
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	1	2	3	4	4	4	5	6
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	1	2	2	3	3	3	3	5

Rácio serviço da dívida/receitas

Base	2	3	4	4	4	4	3	5
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	2	3	4	4	4	4	3	2
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	2	3	4	5	5	5	5	9
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	2	3	4	5	5	4	4	6
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	2	3	4	5	5	5	7	7
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	2	3	5	5	5	5	5	7
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	2	3	4	5	4	4	5	6
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	2	3	4	5	5	5	6	7
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	2	4	5	6	6	6	6	8

Por memória:

Elemento de donativo presumido sobre o financiamento residual (ou seja, o financiamento necessário acima do cenário de base) 6/	50	50	50	50	50	50	50	50
---	----	----	----	----	----	----	----	----

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empréstimos seja dois pontos percentuais superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.

3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.

6/ Aplica-se a todos os cenários de estresse, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.

Tabela 3. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de Base, 2011-2034

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média ^{5/}	Desvio padrão ^{5/}	Estimativa					Projeções				2019-33 média	
	2011	2012	2013			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2013-18 média	2024	2034		
Dívida do sector público 1/	0.6	2.1	1.7			-0.1	3.7									
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	43.7	49.2	53.7			56.8	60.7	64.6	67.4	64.2	61.3		46.5	26.9		
	17.3	18.6	18.2			19.6	19.7	20.0	20.2	20.3	20.4		20.5	19.5		
	26.4	30.6	35.5			37.2	41.0	44.6	47.2	43.9	40.9		26.1	7.4		
Variação da dívida do sector público	-0.2	5.4	4.5			3.1	3.9	3.9	2.8	-3.2	-2.9		-3.0	-1.1		
Fluxos geradores de dívida identificados	-25.4	5.2	2.7			-3.0	0.2	-0.2	-0.5	-1.0	-1.1		-1.9	-0.4		
Défice primário	0.6	2.1	1.7	1.0	3.3	-0.1	3.7	2.9	2.7	2.4	2.1	2.3	0.8	1.2	1.0	
Receita e donativos	16.7	11.9	12.4			19.5	15.8	16.2	16.4	16.6	16.8		17.5	16.6		
<i>d/q: donativos</i>	6.6	2.5	3.7			8.1	5.2	5.2	5.2	5.2	5.1		4.7	4.1		
Despesas primárias (excl. juros)	17.3	14.0	14.1			19.4	19.4	19.1	19.1	19.0	18.9		18.3	17.9		
Dinâmica automática da dívida	-8.3	3.1	1.0			-2.4	-3.4	-3.1	-3.1	-3.4	-3.2		-2.7	-1.7		
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-7.1	2.0	0.9			-2.5	-3.1	-2.9	-2.9	-3.2	-3.1		-2.6	-1.6		
<i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	-3.5	1.0	1.0			-1.2	-0.9	-0.7	-0.6	-0.8	-0.8		-0.7	-0.5		
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	-3.6	1.0	-0.2			-1.3	-2.2	-2.2	-2.3	-2.4	-2.3		-1.9	-1.1		
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-1.2	1.1	0.1			0.1	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2	-0.2			
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-17.7	0.0	0.0			-0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0		
Receita de privatizações (negativa)	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0		
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0		
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-17.7	0.0	0.0			-0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0		
Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0		
Resíduo, incl. variação dos activos	25.2	0.2	1.8			6.2	3.7	4.0	3.3	-2.2	-1.8		-1.2	-0.7		
Outros indicadores de sustentabilidade																
VA da dívida do sector público	44.5			47.2	51.1	54.9	57.8	54.6	51.8		37.7	18.9		
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	9.0			10.0	10.1	10.4	10.6	10.8	10.9		11.6	11.5		
<i>d/q: externa</i>	9.0			10.0	10.1	10.4	10.6	10.8	10.9		11.6	11.5		
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do sector púb)		
Necessidade bruta de financiamento 2/	7.6	8.9	8.9			6.7	10.3	9.2	8.7	7.8	7.0		3.7	2.0		
Rácio VA da dívida do sector público-receitas e donativos (em %)	358.8			241.9	324.0	339.4	352.0	328.3	307.9		215.8	113.6		
Rácio VA da dívida do sector público-receitas (em %)	513.7			414.7	483.3	499.9	515.2	477.5	442.5		296.3	150.9		
<i>d/q: externa 3/</i>	104.4			87.7	95.2	94.4	94.4	94.0	93.5		91.2	91.8		
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	2.3	4.5	6.3			3.6	6.0	7.3	8.9	8.2	7.5		5.8	4.7		
Rácio serviço da dívida/receitas (em percentagem) 4/	3.8	5.7	9.0			6.1	8.9	10.8	13.1	12.0	10.7		7.9	6.2		
Défice primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	0.8	-3.3	-2.8			-3.2	-0.3	-1.0	-0.1	5.6	5.0		3.9	2.4		
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais																
Crescimento do PIB real (em percentagem)	9.0	-2.2	0.3	3.1	2.9	2.5	4.0	3.7	3.7	3.7	3.7	3.6	4.0	4.0	4.0	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	0.6	0.1	0.4	0.3	0.3	0.5	0.5	0.5	0.4	0.4	0.3	0.4	0.2	0.1	0.2	
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	-11.7	4.7	4.0	-1.8	6.1	-2.9	-1.9	-1.2	-0.8	-1.0	-1.0	-1.4	-1.4	-1.7	-1.5	
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-10.0	6.4	0.5	-1.2	7.4	0.5	
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	13.8	-3.9	-3.4	2.6	6.5	3.7	2.8	2.2	2.3	2.4	2.6	2.5	2.5	2.5	2.5	
Cresc. da desp. primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	2.4	-21.1	1.1	-1.7	6.8	41.2	4.1	1.9	3.8	3.1	3.4	9.6	3.7	3.8	3.6	
Elemento de donativo do novo endividamento externo (em %)	53.3	60.7	52.4	52.4	52.4	52.1	53.9	50.5	50.5	...	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ [Indica a cobertura do sector público, ex. governo geral ou sector público não financeiro. Indica também se a dívida utilizada é líquida ou bruta.]

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública 2014-2034

	Projeções							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2024	2034
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	47	51	55	58	55	52	38	19
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	47	50	54	56	53	50	37	19
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	47	49	52	53	49	45	29	9
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	47	51	56	59	56	54	42	28
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	47	53	60	63	60	57	44	27
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	47	51	56	59	56	53	38	19
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	47	52	57	60	57	54	41	23
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	47	55	58	60	57	53	38	17
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	47	56	60	62	59	56	41	21
Rácio VA da dívida/receitas 2/								
Base	242	324	339	352	328	308	216	114
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	242	318	329	339	313	291	207	111
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	242	312	319	325	295	269	168	53
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	242	326	343	358	336	317	236	166
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	242	333	360	376	353	334	248	159
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	242	326	346	358	334	313	221	117
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	242	326	345	360	337	318	231	138
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	242	347	359	368	341	318	217	102
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	242	355	369	380	355	334	238	127
Rácio serviço da dívida/receitas 2/								
Base	4	6	7	9	8	7	6	5
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	4	6	7	9	8	7	5	4
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	4	6	7	9	8	7	5	2
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	4	6	7	9	8	8	6	6
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	4	6	8	9	9	8	6	6
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	4	6	7	9	8	8	6	5
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	4	6	7	9	8	8	6	6
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	4	6	8	10	9	9	7	6
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	4	6	8	9	9	8	7	6

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.
1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projecção.
2/ A definição das receitas inclui os donativos.



Comunicado de Imprensa n.º 14/495
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
3 de novembro de 2014

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI aprova desembolso de USD 5,24 milhões ao abrigo da Linha de Crédito Rápido para a Guiné-Bissau

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje a assistência financeira de emergência para a Guiné-Bissau ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF)¹, equivalente a DES 3,55 milhões (cerca de USD 5,24 milhões), para que as autoridades consigam enfrentar as necessidades urgentes de balanço de pagamentos e fiscais. A aprovação do Conselho permite o desembolso imediato do montante total da assistência, que equivale a 25 por cento da cota da Guiné-Bissau junto ao FMI.

A assistência financeira do FMI tem como objetivo a restauração da estabilidade macroeconómica. Ela ajudará a colmatar urgentemente os défices fiscais e do balanço de pagamentos, reduzir a pobreza ao reestabelecer os principais serviços governamentais e reforçar a capacidade do governo da Guiné-Bissau. A aprovação do desembolso da RCF pelo Conselho de Administração irá permitir ainda às autoridades iniciar negociações com os parceiros de desenvolvimento no que diz respeito a assistência adicional.

O governo recém-eleito da Guiné-Bissau herdou condições muito difíceis. Após dois anos de colapso económico, receitas governamentais corroídas, diminuição das despesas sociais e acumulação de atrasados externos e internos, o produto interno bruto (PIB) caiu 2 por cento e a pobreza aumentou acentuadamente. Nos primeiros meses, o novo governo iniciou a recuperação das receitas governamentais que, juntamente com a assistência renovada por parte dos doadores e a emissão de bilhetes do Tesouro no mercado regional, permitiu a eliminação de quase todos os salários em atraso. Prevê-se que a atividade económica se recupere gradualmente e cresça 2,5 por cento em 2014.

¹ A RCF oferece assistência financeira imediata com condicionalidade limitada a países de baixa renda e com necessidade urgente no balanço de pagamentos. Nesse contexto, assume-se que as políticas económicas de um país membro que se encontra a receber financiamento ao abrigo da RCF abordem as dificuldades subjacentes ao balanço de pagamentos e auxiliem objetivos de políticas, incluindo a estabilidade macroeconómica e a redução da pobreza. O financiamento ao abrigo da RCF é isento de juros (até ao final de 2014), com período de carência de 5,5 anos e vencimento final em 10 anos. O FMI revê o nível das taxas de juro para todas as facilidades concessionais a cada dois anos.

Após as discussões do Conselho de Administração sobre a Guiné-Bissau², o Sr. Min Zhu, Diretor Geral Adjunto e Presidente em exercício do Conselho, disse:

“O governo recém-eleito da Guiné-Bissau está a tomar medidas para confrontar os desafios económicos e sociais do país. Após dois anos de perturbações económicas e agravamento dos desequilíbrios orçamentais, as autoridades retomaram muitas das funções básicas da administração pública, aprovaram o orçamento de 2014 e eliminaram quase todos os salários em atraso incorridos desde 2013.

“Para manter a estabilidade macroeconómica, o governo terá de continuar a perseguir uma política orçamental prudente, que condicione as despesas aos recursos disponíveis e defina cuidadosamente as prioridades. A eliminação dos atrasados internos restantes de 2013 e 2014 e de todos os atrasados de pagamentos externos até ao final do ano será um passo importante para apoiar a recuperação. Para o futuro, o foco das autoridades tem de estar centrado em impedir a recorrência de atrasados, evitando o recurso às despesas extraorçamentais e aprimorando a gestão de tesouraria. A reativação do comité de tesouraria e a preparação de planos de gestão de tesouraria são avanços positivos nesse sentido.

“O apoio financeiro internacional à Guiné-Bissau terá de ser complementado por novos esforços para mobilizar receitas internas e aperfeiçoar a gestão das finanças públicas. A assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento para definir as prioridades em matéria de reformas orçamentais e fortalecer a capacidade de implementação será essencial no curto prazo.

“A intenção do governo de fiscalizar as operações do fundo nacional de caju é louvável. A eliminação de tal fundo teria um impacto imediato e benéfico sobre o consumo das famílias. As autoridades terão de elaborar alternativas mais eficientes e a favor dos pobres para apoiar a agricultura e o setor do caju.

“As perspetivas a médio prazo para a redução da pobreza e o desenvolvimento económico na Guiné-Bissau dependem do tratamento das persistentes vulnerabilidades económicas e políticas do país. Para além da reforma do setor da segurança, serão necessárias reformas estruturais numa ampla frente para diversificar a economia e melhorar a governação e o ambiente de negócios.”

² Concluídas as discussões, o Diretor-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Diretores Executivos, e esse resumo é transmitido às autoridades do país. Uma explicação dos qualificativos usados nos resumos pode ser encontrado aqui: <http://www.imf.org/eternal/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

Pronunciamento do Sr. Ngueto Tiraina Yambaye
Diretor Executivo para a Guiné-Bissau
3 de novembro de 2014

Introdução

As autoridades bissau-guineenses desejam expressar a sua profunda gratidão ao Conselho de Administração, à Direção-Geral e ao corpo técnico do FMI pelo apoio que está a ser concedido ao país na sequência das eleições legislativas e presidenciais realizadas em abril e maio de 2014 e que marcaram o retorno à ordem constitucional. Elas são gratas pela reunião entre o Presidente José Mário Vaz e a Direção-Geral no início de agosto último para tratar dos enormes desafios que a Guiné-Bissau enfrenta e o papel do FMI nos esforços para superar tais desafios. Cientes das graves dificuldades económicas resultantes do período de transição, as autoridades estão fortemente empenhadas em restaurar a estabilidade macroeconómica, colocar a economia em trajetória de crescimento mais elevado e sustentado e realizar progressos significativos na redução da pobreza.

Para cumprir tais objetivos em contexto de capacidades limitadas, as autoridades estão a buscar a assistência técnica e financeira da comunidade internacional, inclusive do FMI. Nesse sentido, solicitam o apoio do Fundo no âmbito da Linha de Crédito Rápido (RCF) para ajudar o país a fazer face às necessidades urgentes do balanço de pagamentos e de financiamento em 2014. Esse apoio financeiro ajudará a catalisar a retoma da assistência dos doadores e lançará as bases para a implementação de um programa completo de reformas estruturais no âmbito de um programa de médio prazo para o qual as autoridades pretendem solicitar o apoio do FMI ao abrigo da Linha de Crédito Alargado (ECF). As autoridades planeiam organizar uma mesa-redonda de doadores no primeiro semestre de 2015 para mobilizar o financiamento externo necessário para a execução dos planos de desenvolvimento do país.

Evolução económica recente

A Guiné-Bissau passou por uma experiência muito difícil após o golpe de estado de abril de 2012: perturbações graves nas atividades económicas e serviços públicos, declínio acentuado das receitas públicas, forte compressão dos gastos sociais e grande acumulação de atrasados de pagamentos internos e externos. Como resultado, o crescimento económico contraiu 2,2 pontos percentuais em 2012 e estagnou em 2013. Além disso, os preços do caju caíram 21 por cento em 2013, levando ao declínio das exportações desse produto, que responde por mais de dois terços das receitas fiscais e de exportação.

O grave declínio das receitas fiscais e da ajuda externa obrigou as autoridades a cortar despesas. Contudo, não obstante os esforços para se ajustar a receitas mais reduzidas, o saldo fiscal global, excluindo donativos, voltou a se deteriorar, de 4,8 por cento do PIB em 2012 para 5,7 por cento do PIB em 2013. Ademais, os atrasados de pagamentos continuaram a se acumular, ascendendo a 2 por cento do PIB no final de 2013.

Após aumento de 1,6 por cento em 2012, a inflação entrou em trajetória descendente a partir de 2013, situando-se em -1,1 por cento em agosto último. Além disso, o forte declínio das exportações de caju nos últimos anos resultou em aumento significativo do rácio de créditos mal parados.

Medidas a curto prazo

Conscientes da necessidade urgente de inverter esta grave deterioração da conjuntura económica e financeira, bem como de restaurar as funções administrativas mais básicas, as autoridades, desde que assumiram o poder em julho, implementaram medidas arrojadas para consolidar a recém-conquistada estabilidade interna e criar condições favoráveis para um programa de reformas. Tendo como base a restauração pacífica da ordem constitucional e o forte consenso em torno das reformas necessárias, as autoridades adotaram um orçamento prudente para 2014 e tomaram medidas importantes para normalizar os procedimentos de execução orçamental, inclusive através da criação de um Comité de Tesouraria para a gestão diária do fluxo de tesouraria. Pretendem instituir também um Comité de Tesouraria de alto nível, formado por representantes do governo e da comunidade de doadores, tendo como principal objetivo a definição das prioridades de gastos. As autoridades estabeleceram ainda um Comité de Isenções para racionalizar o uso das isenções fiscais, pois elas geram custos elevados para o orçamento.

As autoridades agiram com rapidez para regularizar os salários em atraso, de modo a estimular a economia e restaurar a confiança. Nesse sentido note-se a bem sucedida colocação de bilhetes do Tesouro no valor de FCFA 15 mil milhões, os quais foram adquiridos por residentes e não residentes. A colocação desses bilhetes, aliada ao apoio orçamental prestado pelo Banco Mundial, ajudou a regularizar o pagamento dos salários em atraso e reduzir consideravelmente o volume de atrasados.

Ao implementar tais medidas, as autoridades demonstraram a sua firme determinação em normalizar as atividades, reforçar a estabilidade macroeconómica e construir bases sólidas para a economia, o que levou também os doadores bilaterais e multilaterais a retomarem a assistência financeira que havia sido interrompida após a crise política de abril de 2012. Nesse contexto, a União Europeia e as autoridades firmaram um acordo para o reinício dos pagamentos da compensação das pescas. As autoridades esperam de que a mesa-redonda de doadores programada para 2015 conquiste o apoio de todos os parceiros de desenvolvimento, e são gratas ao FMI pela sua participação ativa nesse esforço.

Além disso, foram feitos progressos notáveis na realização da reforma do setor de segurança, que é definida como condição *sine qua non* para a estabilidade política e económica da Guiné-Bissau. Após a mudança de comando no Estado-Maior General das Forças Armadas em setembro último, as autoridades pretendem mobilizar o financiamento da reforma, em especial no que se refere ao fundo de pensão e ao pagamento das gratificações, com a ajuda dos parceiros internacionais.

Políticas a médio prazo e agenda de reformas

Após a restauração da disciplina orçamental e a normalização das operações do governo, bem como a adoção de um orçamento prudente para 2014, os esforços das autoridades estarão voltados para a implementação das reformas estruturais necessárias para solucionar as persistentes dificuldades financeiras e criar condições favoráveis ao crescimento económico sustentado. Em vista das enormes limitações de capacidade enfrentadas pelo país, as autoridades buscarão a assistência técnica do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento para ajudar a formular e realizar com sucesso essas reformas.

No que se refere às **contas públicas**, as autoridades buscarão reforçar as receitas fiscais através de reformas estruturais na gestão das finanças públicas e da folha de pagamentos, administração fiscal e aduaneira e gestão da dívida. As reformas nessas áreas e o trabalho que se espera que seja realizado pelo Comité de Isenções ajudarão a alargar a base tributável e elevar o rácio de arrecadação fiscal em relação ao PIB, trazendo-o para níveis próximos aos dos países comparáveis.

No que se refere ao setor **financeiro**, as autoridades, com o apoio do FMI e de outros parceiros, identificarão as soluções ótimas para o grande volume de créditos mal parados que assola a economia. Deve-se mencionar que estão em curso discussões com o Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) para a titularização desses empréstimos bancários. As autoridades planeiam também adotar as medidas necessárias para promover a bancarização da economia, dado que apenas uma pequena parcela da população tem acesso aos serviços bancários. São úteis nesse sentido as medidas relacionadas ao pagamento de salários através do sistema bancário. Ademais, serão tomadas medidas para melhorar a educação, o sistema judicial e a legislação para recuperação de crédito, e para criar um sistema de referência de crédito e fortalecer os sistemas de pagamentos e liquidação, de modo a continuar a alargar e aprofundar o sistema financeiro.

No tocante à melhoria do **ambiente de negócios**, as autoridades intensificarão os seus esforços para reduzir o custo de fazer negócios e promover o Estado de Direito, com vista a criar um ambiente estável e previsível para atrair novos investimentos privados. Na mesma linha, as autoridades irão aumentar a eficiência das empresas públicas, especialmente nos setores de água e eletricidade. Estratégias com esse intuito incluem melhorias na gestão e eficiência operacional, bem como a redução dos desperdícios, o que poderia implicar um realinhamento das tarifas para níveis compatíveis com os custos de manutenção e amortização dos investimentos.

Relativamente ao setor da castanha de caju, que responde pelo grosso das receitas de exportação, as autoridades estão empenhadas em inverter a perda de receitas fiscais e os seus efeitos perversos sobre a pobreza. Para o efeito, farão uma auditoria externa do FUNPI para avaliar o seu funcionamento, eficácia e uso apropriado dos recursos. Elas irão também explorar todas as possibilidades que conduzam a iniciativas mais eficientes e mais bem direcionadas para apoiar a produção de caju e o beneficiamento interno. As autoridades estão igualmente empenhadas em diversificar a base produtiva e

exportadora para reduzir a dependência da economia em relação ao setor de caju. As autoridades irão promover a exploração dos recursos naturais do país, com a avaliação dos contratos de pesquisa e exploração de bauxite, fosfatos, petróleo e areias pesadas.

No que concerne ao surto do vírus Ébola na África Ocidental, deve-se mencionar que não há nenhum caso registado na Guiné-Bissau. Contudo, as autoridades já elaboraram um plano de contingência no valor estimado de USD 5 milhões. Como medida preventiva, decidiram fechar as fronteiras com os países afetados e estão a constituir reservas dos principais géneros de primeira necessidade para evitar interrupções na cadeia de abastecimento.

Conclusão

Nos últimos anos, as atividades económicas na Guiné-Bissau foram profundamente afetadas pela instabilidade política e pela queda significativa dos preços da castanha de caju. Com base na restauração pacífica da ordem constitucional, e no amplo consenso de todas as partes interessadas em promover o avanço do país, as autoridades guineenses estão fortemente empenhadas em criar um ambiente propício ao crescimento económico sustentado e mais elevado. Nesse contexto, são gratas ao apoio recebido do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento. Elas esperam que esse apoio tenha seguimento, dados os escassos recursos do país e as suas enormes limitações em matéria de capacidades. Em nome das autoridades, agradeceria contar com o apoio do Conselho para a assistência do FMI no âmbito da Linha de Crédito Rápido. As autoridades esperam ainda que o FMI continue a prestar auxílio no âmbito de um programa apoiado pela ECF e através do alargamento da assistência técnica.

O Sr. Chodos e o Sr. Corvalan Mendoza apresentaram a seguinte declaração:

A Guiné-Bissau está a avançar na sua transição política, e as perspetivas a médio prazo são fortemente dependentes da implementação das reformas visando manter a dívida em níveis sustentáveis. O país beneficiou da implementação da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC) e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) em 2010 e 2011, respetivamente, o que ajudou a reduzir o rácio da dívida pública e com garantia pública para um nível sustentável; apoiamos o pedido das autoridades de desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido.

Concordamos com o teor geral da avaliação do corpo técnico sobre as reformas estruturais necessárias para estimular o desenvolvimento do setor privado e congratulamos o compromisso das autoridades com a agenda de reformas para promover a estabilidade macroeconómica, tendo em conta a transição política e as questões ligadas à segurança. Os sinais positivos transmitidos aos participantes do mercado devem reforçar a confiança dos investidores internos e externos na economia, assim como o comportamento dos consumidores e o apoio dos doadores às necessidades do país em matéria de desenvolvimento. Projeta-se que os desembolsos da Linha de Crédito Rápido, juntamente com o apoio dos doadores, venham a colmatar as necessidades de financiamento do orçamento do Estado.

É de louvar a implementação célere de um orçamento prudente para 2014, a fim de impor a disciplina fiscal, e a elaboração de um orçamento para 2015 em linha com as expectativas comedidas de disponibilidade de recursos. Entendemos que um grande défice residual de financiamento para 2015 representará um desafio para as autoridades e, por conseguinte, a nossa representação apoia toda a assistência técnica que possa ser prestada pelo FMI e por outros organismos internacionais e regionais para atender às necessidades do país. O apoio dos doadores ao orçamento é importante para garantir o investimento público e os gastos sociais, dada a compressão desses dois elementos das despesas nos últimos anos, e é compreensível a necessidade de definir uma estratégia de curto e médio prazo para o plano de desenvolvimento do país. Incentivamos as autoridades a perseverar na agenda de reformas estruturais já identificadas para o país, de modo a colher resultados positivos a curto e médio prazo.

O aperfeiçoamento do quadro regulatório do setor financeiro trará resultados económicos positivos a curto prazo. A exposição das instituições financeiras ao setor privado através de empréstimos é limitada, situando-se em 14 por cento. Contudo, grande parte desses empréstimos se destina ao setor da castanha de caju ou às empresas públicas, enquanto apenas 1 por cento das famílias tem acesso aos serviços bancários. A ampliação da intermediação financeira beneficiará uma proporção maior da população.

A transformação da poupança em crédito ao consumidor privado ou em investimento privado é praticamente inexistente, o que constrange o bom funcionamento da economia. A tomada imediata de medidas visando à adesão às melhores práticas internacionais de regulamentação e supervisão do sistema financeiro, para além do reforço das políticas de combate ao branqueamento de capitais, poderia ajudar a aumentar a confiança do mercado na economia e motivar o setor privado a intensificar o seu envolvimento nas atividades do país.

Com estes comentários, somos gratos ao Sr. Yambaye pelo seu pronunciamento bastante informativo e ao corpo técnico pelo seu relatório, e estendemos às autoridades e ao povo da Guiné-Bissau os nossos melhores votos de sucesso no futuro.